



**CONHECIMENTO E IMPACTO DOS  
INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO  
SUSTENTÁVEL NAS  
EMPRESAS PORTUGUESAS**  
2026

## FICHA TÉCNICA

### Identificação do estudo:

**Título:** CONHECIMENTO E IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Nome do autor(es):** ISQ e UHY

**Data de publicação:** 28 Janeiro 2026

**ISBN:** 978-972-9228-78-0

**Resumo:** Com a convicção de que o financiamento sustentável é determinante para o tecido empresarial português, a UHY e o ISQ desenvolveram e aplicaram, em 2025, um questionário nacional inspirado num estudo europeu da Comissão Europeia e do BCE, com o objetivo de colmatar a falta de informação sobre o estado atual da maturidade empresarial e perspetivas futuras em matéria de finanças sustentáveis e captar a perceção das empresas sobre o acesso a instrumentos de financiamento sustentável.

**Palavras-chave:** ESG; Finanças Sustentáveis; Tecido empresarial; Maturidade Empresarial; Instrumentos de Financiamento Sustentável; Micro, Pequenas e Médias Empresas.

## AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi desenvolvido em estreita colaboração entre o ISQ e a UHY, refletindo o compromisso conjunto com a promoção de práticas de Finanças Sustentáveis. Gostaríamos de expressar o nosso sincero agradecimento à Administração do ISQ, com especial destaque para João Safara, e ao Managing Partner da UHY, Paulo André, pela sua visão estratégica e pelo seu papel enquanto promotores desta iniciativa. A sua capacidade de fomentar sinergias entre entidades complementares e de alinhar objetivos foi determinante para o sucesso do projeto.

Agradecemos igualmente a António Vilarinho, Diretor do ITR, pelo seu patrocínio e envolvimento na concretização do estudo, bem como à Maria Manuel Farinha, Responsável Departamento Sustentabilidade ISQ, e à Ana Martins, ESG Associate Partner UHY, pela coordenação técnica e dedicação ao longo de todo o processo. O seu trabalho assegurou o alinhamento metodológico, a consistência analítica e a integração das diferentes dimensões do estudo.

Reconhecemos, de forma especial, o contributo dos colegas Natalia Rojas e Diogo Santos, assim como de todos os profissionais do ISQ e da UHY que participaram na análise, interpretação dos resultados e redação do documento. O seu empenho, competência e espírito colaborativo foram fundamentais para consolidar uma abordagem integrada e alinhada com os referenciais internacionais de Finanças Sustentáveis.

Agradecemos aos participantes do inquérito, cujo contributo foi essencial para a representatividade dos resultados obtidos.

Agradecemos também à equipa de Comunicação e Imagem do ISQ e da UHY, cujo contributo na componente gráfica do estudo foi essencial para garantir uma apresentação clara, cuidada e alinhada com os padrões institucionais, contribuindo para a valorização dos resultados e para a sua divulgação junto dos diferentes públicos-alvo. Por fim, reconhecemos o apoio prestado por Joana Pagado da UHY na fase final de revisão do relatório, cuja atenção ao detalhe contribuiu para assegurar a qualidade e consistência da versão final.

Este trabalho conjunto representa um passo importante na promoção de práticas responsáveis e transparentes, reforçando o compromisso do ISQ e da UHY com a criação de valor sustentável e com a transição para uma economia mais inclusiva e resiliente.



# ÍNDICE

<b>Sumário Executivo</b>	<a href="#"><u>01</u></a>
<b>Estrutura do Documento</b>	<a href="#"><u>02</u></a>
<b>Parte 1   Enquadramento</b>	<a href="#"><u>03</u></a>
1.1   Introdução	<a href="#"><u>05</u></a>
1.2   Metodologia	<a href="#"><u>07</u></a>
<b>Parte 2   Análise e Interpretação de Resultados</b>	<a href="#"><u>09</u></a>
2.1   Caracterização da Amostra	<a href="#"><u>10</u></a>
2.1.1   Dimensão da Amostra	<a href="#"><u>10</u></a>
2.1.2   Perfil das Empresas	<a href="#"><u>11</u></a>
2.2   Conhecimento e Aplicação de Instrumentos de Financiamento Sustentável nas Empresas Portuguesas	<a href="#"><u>16</u></a>
2.2.1   Nível de conhecimento	<a href="#"><u>16</u></a>
2.2.2   Uso Prático dos Instrumentos	<a href="#"><u>18</u></a>
2.3   Impacto da aplicação dos instrumentos de financiamento sustentável	<a href="#"><u>21</u></a>
2.3.1   Vantagens, Oportunidades e Desafios	<a href="#"><u>24</u></a>
2.3.2   Avaliação do impacto	<a href="#"><u>24</u></a>
2.4   Perspetiva Futura sobre os Instrumentos de Financiamento Sustentável	<a href="#"><u>26</u></a>
2.4.1   Planos para implementação	<a href="#"><u>27</u></a>
2.4.2   Áreas de Foco	<a href="#"><u>28</u></a>
2.4.3   Expectativas de investimento	<a href="#"><u>29</u></a>
2.5   Impulso do Setor Financeiro ao Financiamento Sustentável	<a href="#"><u>31</u></a>
<b>Conclusão</b>	<a href="#"><u>34</u></a>
<b>Glossário e siglas</b>	<a href="#"><u>36</u></a>
<b>Referências bibliográficas</b>	<a href="#"><u>38</u></a>
<b>Apêndice</b>	<a href="#"><u>40</u></a>
<b>Apêndice 1.</b>   Questionário	<a href="#"><u>41</u></a>
<b>Apêndice 2.</b>   Distribuição de todos os setores de atividade	<a href="#"><u>47</u></a>

# SUMÁRIO EXECUTIVO



O presente estudo resulta de um inquérito desenvolvido em colaboração pela UHY e o ISQ, com o objetivo de mapear o conhecimento, a utilização prática e as perspetivas futuras das empresas em Portugal relativamente ao financiamento sustentável. Os resultados obtidos poderão contribuir para orientar políticas públicas e estratégias empresariais que promovam um acesso mais eficaz e inclusivo a instrumentos de financiamento alinhados com os princípios ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A amostra empresarial analisada integra mais de mil respostas provenientes de empresas de todas as regiões de Portugal, com diversidade em termos de setor e dimensão. Destacam-se:

- As PME - representam cerca de 60% da amostra, refletindo o peso estrutural deste segmento no tecido económico nacional;
- Os setores: Indústria Transformadora; Construção; Comércio por grosso e a retalho e Outras Atividades de Serviços, e
- Empresas com atividade simultaneamente para o mercado interno e externo.

Os resultados mostram diferenças assinaláveis ao nível da familiaridade com o conceito de financiamento sustentável. Enquanto 55% das grandes empresas indicam conhecer o tema, os valores diminuem para 33% nas pequenas empresas. Ainda assim, a adoção prática destes instrumentos permanece muito limitada, com apenas 5% das empresas inquiridas a referirem já ter recorrido a mecanismos de financiamento sustentável. Entre os principais desafios identificados surgem a complexidade dos requisitos e o baixo conhecimento sobre finanças sustentáveis.

Entre as empresas que já recorreram a financiamento sustentável, os instrumentos mais utilizados foram os Green Bonds e os Sustainability-Linked Loans, com 42% e 33% das respostas respetivamente. Das empresas que contam recorrer a instrumentos de financiamento

sustentável, não há um instrumento que se destaque claramente, com os Sustainability Bonds/loans, referidos por 15% das empresas com planos definidos, seguidos de perto pelos Green Bonds/loans e pelos Sustainability-Linked Bonds/loans.

No que diz respeito às intenções futuras, a percentagem de empresas que planeia recorrer a instrumentos de financiamento sustentável (16%) é superior à das que indicaram já o ter feito, mas continua a ser reduzida. Para além disso, 21% das empresas afirmam ter interesse em aprofundar o tema e considerar essa possibilidade. Apenas 10% das respostas manifestam uma posição claramente negativa.

A maioria das empresas que já acedeu a este tipo de financiamento mobilizou montantes até 5 milhões de euros (73%), valor que se mantém como referência nas expectativas futuras, sobretudo entre micro e pequenas empresas. Já as médias e grandes empresas apontam com mais frequência para faixas entre 10 e 50 milhões de euros, refletindo uma ambição crescente na utilização destes mecanismos.

Este estudo evidencia que, apesar do avanço registado, o financiamento sustentável ainda não se encontra suficientemente disseminado entre o tecido empresarial português. A divulgação e a capacitação técnica, a simplificação dos mecanismos de acesso e o reforço da articulação entre empresas e instituições financeiras serão elementos críticos para assegurar uma transição sustentável verdadeiramente inclusiva. Recomenda-se, por isso, o aprofundamento da divulgação e sensibilização, bem como o aprofundamento da investigação e o acompanhamento contínuo da evolução deste campo, em linha com as exigências do Pacto Ecológico Europeu, a Taxonomia Europeia e os objetivos de sustentabilidade a nível nacional e internacional.

# ESTRUTURA DO DOCUMENTO



O presente documento é constituído por duas partes: Parte 1 – Enquadramento e Parte 2 – Análise e interpretação de resultados.

A primeira parte consiste numa introdução ao tema das finanças sustentáveis, seguida da descrição da metodologia utilizada para definir e operacionalizar o questionário e dos critérios adotados no tratamento dos resultados.

A segunda parte é composta por cinco secções e dedica-se a fazer uma análise quantitativa dos resultados, integrando também interpretações qualitativas sempre que pertinentes:

- **SECÇÃO 2.1**  
**CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA:**  
Aborda a análise e caracterização da amostra de empresas em diversos aspetos incluindo setores de atividade, dimensão, região e mercados alvo.
- **SECÇÃO 2.2**  
**CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS PORTUGUESAS:**  
Foca-se na avaliação do grau de familiaridade das empresas com os instrumentos de financiamento sustentável, bem como na identificação da sua utilização prática. As respostas recolhidas permitem compreender, não só o nível de conhecimento declarado, mas também o grau de adoção efetiva desses mecanismos por parte das empresas.
- **SECÇÃO 2.3**  
**IMPACTO DA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL:**  
Esta secção centra-se na perceção das empresas relativamente ao impacto, às oportunidades e aos benefícios decorrentes da utilização de instrumentos de financiamento sustentável.
- **SECÇÃO 2.4**  
**PERSPETIVAS FUTURA SOBRE OS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL:**  
Procura explorar as intenções futuras das empresas quanto ao recurso a instrumentos de financiamento sustentável, com o objetivo de compreender o potencial de evolução das práticas neste domínio.
- **SECÇÃO 2.5**  
**IMPULSO DO SETOR FINANCEIRO AO FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL:**  
Foca-se no papel do setor financeiro no desenvolvimento do mercado de financiamento sustentável, destacando tanto a perceção da sua influência como a crescente necessidade de reforçar a capacitação das empresas para uma utilização eficiente desses instrumentos.

Por último, na conclusão, são apresentadas ilações que abrangem ambas as partes do estudo e a comparação deste estudo com o estudo europeu.

# PARTE 1

## ENQUADRAMENTO



# PARTE 1

## ENQUADRAMENTO



### DESTAQUES:

#### Importância do Financiamento Sustentável e deste estudo:

O contexto global atual, marcado por alterações climáticas e crescentes exigências sociais e ambientais, tem levado governos e empresas a repensar os seus modelos. O financiamento sustentável emerge como um pilar central nesta transformação, alinhando sustentabilidade e desenvolvimento económico através de instrumentos como Green Bonds e Sustainability Linked Loans. O mercado destes instrumentos tem registado um crescimento expressivo a nível global e, especialmente, na Europa, impulsionado pelo Pacto Ecológico Europeu. No entanto, o acesso das pequenas, médias e micro empresas (PME) a estes mecanismos ainda é um ponto que requer maior atenção, divulgação e implementação, particularmente em Portugal, onde a participação em estudos europeus anteriores foi limitada, fator que impulsionou a realização deste estudo.

#### Metodologia do Estudo:

Com o objetivo de colmatar a falta de informação específica sobre o contexto português, a UHY e o ISQ desenvolveram um questionário nacional, inspirado no estudo europeu "Access to Sustainable Finance for SMEs: A European Survey 2023", realizado pela Comissão Europeia em colaboração com o Banco Central Europeu (BCE). O questionário, abrangeu empresas de diferentes dimensões, setores de atividade e localizações geográficas. Composto por 22 questões organizadas em cinco tópicos – desde informações gerais até perspetivas futuras –, o questionário destacou-se pela utilização de uma abordagem dinâmica, onde algumas questões eram condicionadas por respostas anteriores, garantindo maior precisão e relevância dos dados recolhidos. A divulgação do questionário através das bases de contactos institucionais das entidades organizadoras permitiu alcançar um público amplo e representativo. Posteriormente, os dados foram tratados de forma a garantir uma interpretação clara e alinhada com os objetivos do estudo.

# 1.1 INTRODUÇÃO

As pressões decorrentes das alterações climáticas, da escassez de recursos e das exigências sociais cada vez maiores em matéria de sustentabilidade, têm impulsionado, tanto os governos como as empresas, a repensarem os seus modelos de negócio e a potenciar mecanismos de convergência entre sustentabilidade e desenvolvimento económico. Neste contexto, a sustentabilidade e o financiamento sustentável têm vindo a assumir um papel cada vez mais central na transformação económica global. Mas estará o esforço atual a corresponder aos desafios e ambições da transição necessária? Até que ponto estes instrumentos são compreendidos e valorizados pelas empresas em Portugal? E estará o seu enquadramento suficientemente disseminado junto do tecido empresarial nacional? Estas foram algumas das questões que impulsionaram a elaboração desta análise.

O financiamento sustentável constitui uma abordagem estratégica que visa alinhar os objetivos económicos com os princípios ambientais, sociais e de governança (ESG). Este tipo de financiamento concretiza-se através de instrumentos como obrigações e empréstimos verdes, sociais, de impacto combinado (ambiental e social) e vinculados a metas de desempenho ESG — designadamente Green Bonds/Loans, Social Bonds/Loans, Sustainability Bonds/Loans e Sustainability-linked Bonds/Loans, respetivamente.

Estes instrumentos integram critérios ESG nos processos de captação de capital, proporcionando uma estrutura robusta para o financiamento de projetos com impacto positivo. Simultaneamente, facilitam o acesso das organizações a recursos financeiros que sustentam a inovação, promovem a transição para modelos de negócio mais sustentáveis e reforçam a sua competitividade no contexto económico global.

Nos últimos dez anos, desde o lançamento dos Green Bond Principles (Princípios das Obrigações Verdes) pela Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA), que a adesão tem sido crescente, tendo o mercado dos instrumentos de financiamento sustentável registado um crescimento expressivo — especialmente no segmento das obrigações —. A par destes, têm também emergido instrumentos similares baseados em empréstimos, como os empréstimos ligados à sustentabilidade (Sustainability-linked Loans), que seguem princípios semelhantes. Um impulso particularmente relevante a este tipo de instrumento foi dado pela União Europeia através do estabelecimento do Pacto Ecológico Europeu, apresentado pela Comissão Europeia em dezembro de 2019.

Este crescimento, ao nível do segmento das obrigações, é destacado pela Sustainalytics no relatório “Six Sustainable Investing Trends to Watch in 2025”, publicado no final de 2024. Os dados revelam um aumento acentuado, com um pico registado em 2021, seguido de um ligeiro decréscimo e estabilização nos anos subsequentes. Em 2024, o volume global de emissões de instrumentos sustentáveis aproximou-se dos 938 mil milhões de dólares, com a Europa a liderar, representando cerca de 423 mil milhões de dólares, consolidando a sua posição dominante neste mercado, conforme indicado pela mesma fonte.

De acordo com a informação apresentada pela Comissão Europeia no seu artigo “Overview of Sustainable Finance”, as instituições financeiras, tanto a nível nacional como europeu, têm vindo a adaptar os seus portefólios para integrar investimentos que, para além de assegurarem retornos financeiros, geram impactos positivos para a sociedade e para o ambiente. Esta dinâmica tem sido impulsionada pelo enquadramento regulatório europeu, mas também por uma crescente consciência sobre os benefícios estratégicos do financiamento sustentável. A adoção destas práticas contribui para reforçar a resiliência das empresas, sobretudo num cenário marcado por exigências crescentes em matéria de sustentabilidade, maior competitividade e complexidade económica.

Apesar da relevância crescente dos instrumentos de financiamento sustentável para apoiar as empresas na resposta aos desafios do contexto económico, ambiental e social atual, continua a ser essencial avaliar em que medida estes mecanismos estão a ser efetivamente acessíveis às pequenas, médias e microempresas (PME), que constituem uma parte significativa do tecido empresarial europeu e nacional (representatividade: pequenas 3,3%(PT) e 5,4%(EU); médias: 0,6%(PT)<sup>2</sup> e 0,8%(EU)<sup>3</sup> e microempresas: 96,1%(PT)<sup>2</sup> e 93,83(EU).

O estudo europeu, “Access to Sustainable Finance for SMEs: A European Survey 2023” conduzido pela Comissão Europeia em colaboração com o Banco Central Europeu, que permitiu avaliar este aspeto, contou apenas com a participação de uma empresa portuguesa sem referência à dimensão, setor e região, o que limitou a análise da realidade portuguesa.

Neste contexto, e com a convicção da importância do financiamento sustentável para o tecido empresarial português, tanto no cumprimento de exigências regulatórias como na exploração de novas oportunidades de mercado alinhadas com as expectativas de investidores e consumidores, a UHY e o ISQ, tomaram a iniciativa de desenvolver um questionário a aplicar no plano nacional, com o objetivo de contribuir para colmatar essa lacuna e melhorar a compreensão do panorama atual e das dinâmicas emergentes nesta matéria. Os resultados obtidos poderão ainda constituir um contributo ou um ponto de partida para uma reflexão mais alargada sobre formas de facilitar o acesso das empresas a instrumentos de financiamento sustentável, com vista a orientar futuras medidas e ajustamentos que promovam uma maior integração dos princípios ESG no tecido económico nacional.

# 1.2 METODOLOGIA



Para avaliar o grau de conhecimento das empresas acerca dos instrumentos de financiamento sustentável e mapear como estes instrumentos têm sido efetivamente utilizados para captar recursos destinados a projetos que promovam a sustentabilidade, foi desenvolvido um estudo, que teve como ponto de partida a realização de um inquérito, que procurou ainda identificar as perceções das empresas relativamente aos desafios e oportunidades que o financiamento sustentável representa, abrangendo as dificuldades encontradas, a experiência de utilização e os planos futuros para a sua adoção ou expansão.

O desenvolvimento do questionário (Apêndice 1) foi inspirado no estudo promovido pela Comissão Europeia em colaboração com o Banco Central Europeu

O questionário baseou-se em questões tão fechadas quanto possível para permitir uma resposta simples e rápida, e assim garantir um bom índice de resposta.

Por sua vez, o mesmo foi desenvolvido em modelo dinâmico, ou seja, a resposta à questão 7 (A sua empresa já recorreu a instrumentos de financiamento sustentável?) condiciona a resposta às questões 7.1 à 7.8 que só surgiam em caso de resposta afirmativa. Do mesmo modo a resposta à questão 8 (A empresa planeia introduzir ou expandir as suas práticas de recurso a instrumentos de financiamento sustentável?) condicionava o preenchimento das questões 8.1 à 8.3.

O questionário foi composto por 22 questões, organizadas nos cinco tópicos seguintes, de forma a permitir estruturar a recolha de informação alinhada com os objetivos do estudo:

1. Informações gerais sobre a empresa (Q1 a Q4 e Secção 2.1)
2. Conhecimento – Instrumentos de Financiamento Sustentável (Q5 a Q7 e Secção 2.2)
3. Implementação e impacto – Desafios e Oportunidades (Q7.1 a Q7.8 e Secção 2.3)
4. Perspetiva Futura – Financiamento Sustentável (Q8 a Q8.3 e Secção 2.4)
5. Impulso do setor financeiro e do mercado (Q9 a Q11 e Secção 2.5)

Na Tabela 1 é apresentada para cada um destes 5 tópicos esta mesma correspondência (entre o questionário e as secções do estudo), acrescida dos objetivos a alcançar na análise e discussão das respostas obtidas.

**Tabela 1: Correspondências entre secções do estudo, questões no questionário e respetivos objetivos**

TÓPICOS DO QUESTIONÁRIO	SECÇÕES	OBJETIVO
Informações gerais sobre a empresa	Secção 2.1: Caracterização da amostra	Perceção e análise da distribuição espacial, setorial e dimensional dos participantes
Conhecimento - Instrumentos de Financiamento Sustentável	Secção 2.2: Conhecimento e Aplicação de Instrumentos de Financiamento sustentável nas Empresas Portuguesas	Caracterização do nível de conhecimento e familiaridade das empresas relativamente aos instrumentos de financiamento sustentável
Implementação e impacto - Desafios e Oportunidades	Secção 2.3: Impacto da aplicação dos instrumentos de financiamento sustentável	Identificação dos instrumentos de financiamento sustentável recorridos e perceção dos benefícios, desafios e oportunidades identificados pelas empresas, relacionados com a sua implementação
Perspetivas Futuras - Financiamento Sustentável	Secção 2.4: Perspetiva Futura sobre os Instrumentos de Financiamento Sustentável	Identificação de planos de expansão ou introdução de práticas de financiamento sustentável, assim como, os setores ou áreas que serão priorizados pelas empresas e a identificação dos instrumentos a que pretendem recorrer no futuro
Impulso do setor financeiro e do mercado	Secção 2.5: Impulso do Setor Financeiro ao Financiamento Sustentável	Perceção da influência do setor financeiro nesta área e necessidade de capacitação das empresas para o recurso a este tipo de instrumento

O questionário foi divulgado em fevereiro de 2025, a partir da respetiva base institucional de contactos das entidades promotoras lançando o convite à respectiva participação por um período de duas semanas. A amplitude e dimensão das referidas bases de dados, permitiu garantir uma abrangência representativa da diversidade pretendida.

Após o encerramento do período de disponibilização do questionário (2 semanas), procedeu-se ao respetivo tratamento de dados, considerando:

- Número total de entidades participantes;
- Número de participantes por entidade;
- Número total de respostas por entidade.



## **PARTE 2** ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

# PARTE 2

## ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

#### DESTAQUES:

- **Caracterização da Amostra:** A amostra totalizou 1.062 respostas, das quais 861 foram provenientes de empresas identificadas. Nesse grupo, identificou-se a participação de múltiplos interlocutores na mesma empresa em 67 casos (equivalente a 8-9%), resultando num total de 777 empresas distintas. As 201 respostas restantes apresentaram características alinhadas ao perfil empresarial, porém não foram identificadas formalmente como pertencentes a empresas específicas.
- **Distribuição Setorial:** 70% das respostas corresponde aos setores: Indústria transformadora; Outras Atividades de Serviço; Construção e Comércio por Grosso e retalho.
- **Distribuição geográfica:** Inclui empresas de todas as regiões de Portugal, com maior representatividade para: Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro.
- **Perfil das Empresas por Dimensão:** Predomínio de pequenas e médias empresas, com cerca de 60% da amostra. Subsidiariamente, perto de 20% são grandes empresas e 20% são microempresas.
- **Mercado Interno e Externo:** A maioria das empresas (55%) atuam simultaneamente nos mercados interno e externo e apenas 2% operam exclusivamente no mercado externo. As microempresas predominam no mercado interno.

*Esta secção tem como objetivo caracterizar a amostra, analisando a sua dimensão, bem como o perfil empresarial representado, com base nos seguintes critérios: setor de atividade, região, dimensão e o tipo de mercado em que operam (interno, externo ou ambos).*

#### 2.1.1 Dimensão da amostra

Foram rececionadas 1.062 respostas, das quais 861 correspondem a empresas e 201 apresentaram características compatíveis com o perfil empresarial, ainda que não tenham sido formalmente identificadas como provenientes de empresas específicas.

Das 861 respostas recolhidas, verificou-se que, entre as 777 empresas participantes, 67 contaram com a participação de múltiplos interlocutores, representando aproximadamente 8 a 9% do total. Contudo, esta percentagem foi considerada pouco significativa, e não limitativa para os objetivos do estudo, pois entendeu-se que as potenciais redundâncias eram mitigadas pelo facto de as respostas poderem refletir diferentes perspetivas sobre o tema, em função da área de atuação e de conhecimento de cada interlocutor, bem como realidades distintas no seio de grupos empresariais compostos por holdings e subsidiárias. Para as 201 respostas de empresas não formalmente identificadas como tal, assumiu-se que

o nível de redundância seria equivalente ao observado no grupo de empresas claramente identificadas. Assim, decidiu-se manter as 1.062 respostas na análise e interpretação de resultados.

## 2.1.2 Perfil das Empresas

A amostra analisada abrange uma diversidade significativa de empresas, distribuídas por todas as regiões de Portugal e representando uma ampla gama de setores de atividade económica. As empresas participantes apresentam uma diversidade de dimensões desde micro, pequenas e médias, até grandes empresas e abrangem diferentes setores, atuando no mercado interno, externo ou em ambos.

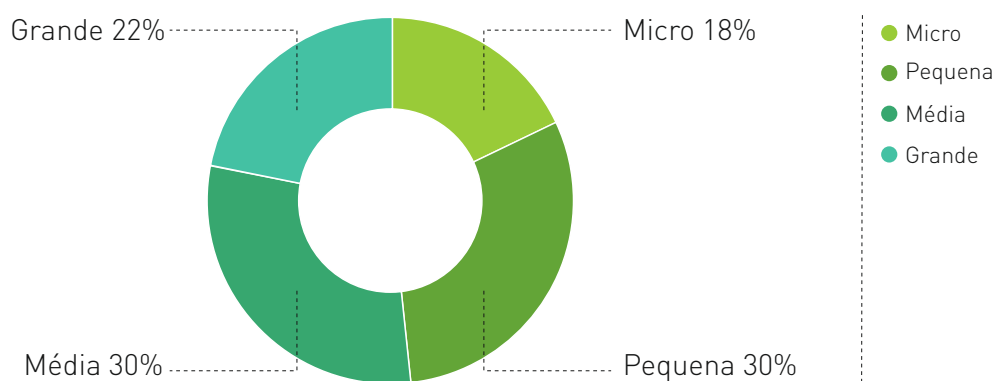
### 2.1.2.1 Dimensão

As definições apresentadas para a classificação da dimensão das empresas utilizadas neste questionário têm origem na Diretiva Delegada (UE) 2023/2775 Da Comissão de 17 de outubro de 2023. Esta, estabelece os critérios de dimensão para distinguir micro, pequenas, médias e grandes empresas dentro da União Europeia. Assim, os critérios para a classificação das empresas por dimensão são baseados no número de colaboradores, no volume de negócios anual e no total de balanço. Abaixo estão detalhados os critérios utilizados:

- Grande empresa: mais de 250 colaboradores, mais de 50 milhões de euros em receita líquida e mais de 25 milhões de euros em ativos totais.
- Média empresa: até 250 colaboradores, até 50 milhões de euros em receita líquida e até 25 milhões de euros em ativos totais.
- Pequena empresa: até 49 colaboradores, até 10 milhões de euros em receita líquida e até 5 milhões de euros em ativos totais.
- Microempresa: até 9 colaboradores, até 0,9 milhões de euros em volume de negócios líquido e até 0,45 milhões de euros em total do balanço.

A distribuição das empresas por dimensão em Portugal revela uma predominância clara das micro (96,1%), pequenas (3,3%) e médias (0,6%) empresas (PME), que representam quase 100% do total do tecido empresarial nacional, segundo dados do INE e da PORDATA.

No âmbito da amostra analisada (Figura 1), as micro, pequenas e médias empresas representam a maioria das entidades participantes (78%) refletindo a sua relevância estrutural no tecido económico português.



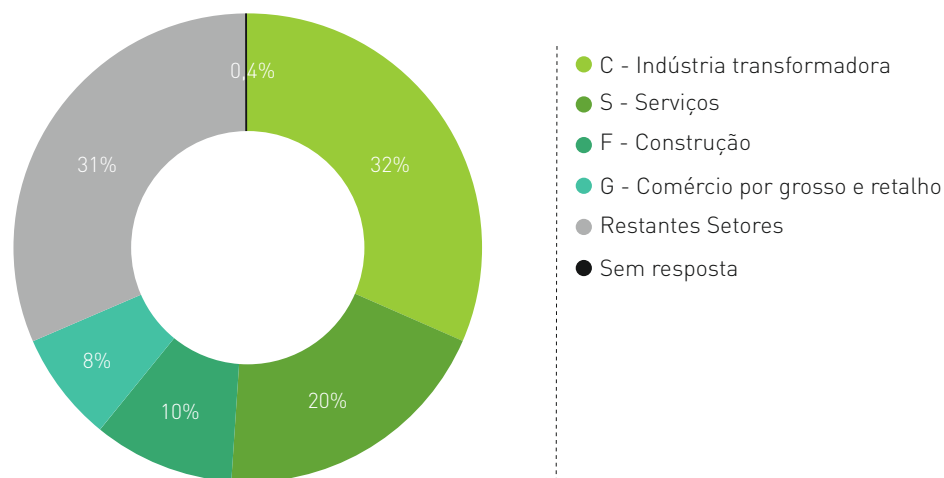
**Figura 1: Distribuição da amostra com base na dimensão das entidades**

Por outro lado, as grandes empresas representam 22% da amostra, o que pode evidenciar um nível de interesse e conhecimento mais elevado na utilização de instrumentos de financiamento sustentável. Apesar destas constituírem cerca de 0,1% do tecido empresarial português, são organizações que tendem a liderar a adoção deste tipo de mecanismos por terem acesso a mercados de capitais onde estes instrumentos estão amplamente divulgados e implementados e onde conseguem ter alguns incentivos de eficiência de preço do capital, quer por pressão regulatória, quer por escrutínio público. Além de que muitas empresas de direito Português fazem parte de grupos internacionais que já incorporam estes instrumentos nas suas estratégias financeiras.

### 2.1.2.2 Setor

Na amostra analisada foram identificados 17 setores correspondendo a todos os setores que estavam parametrizados no questionário (todos tiveram pelo menos uma resposta). A parametrização dos setores seguiu a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE Rev.3), em vigor à data.

Os dados analisados evidenciam uma elevada concentração setorial em áreas específicas da economia portuguesa (Figura 2). Cerca de 70% das respostas estão associadas a quatro setores, “Indústria transformadora” e “Outras Atividades de Serviços” (doravante designada por “Serviços”), “Construção” e Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (doravante designado por “Comércio por Grosso e Retalho”), destacando o peso significativo destas áreas no tecido empresarial Nacional.



**Figura 2: Distribuição dos setores de atividade com maior representatividade**

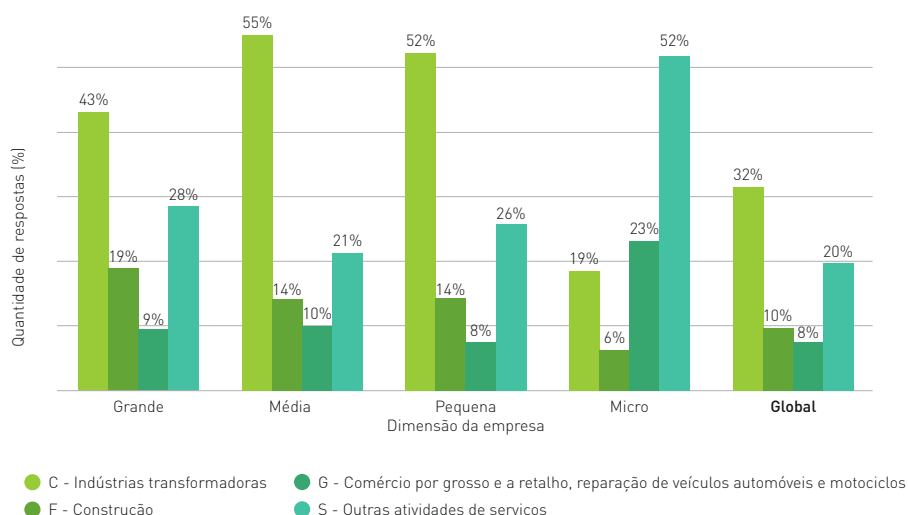
Ao longo do estudo, são apresentadas algumas análises de tendência setorial das respostas, sendo este o grupo em que essas análises se focam.

A discriminação por setores dos restantes 31% da amostra encontra-se representada no Apêndice 2. Regista-se que, em quatro respostas, não foi possível identificar o setor de atividade, devido à omissão dessa informação nos respetivos questionários.

Os setores Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria, e Ar Frio, Transportes e armazenamento e Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares representam cada um deles cerca de 5% da amostra. Em contrapartida, os restantes setores mais representativos (com valores entre os 2 e 4%) representam 13% da amostra correspondendo a: atividades de saúde humana e apoio social, agricultura, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento e gestão de resíduos, alojamento, restauração e Indústria Extrativa.

Na amostra em estudo com uma percentagem inferior a 1%, encontram-se setores com menor expressão no tecido económico português, em alinhamento com os dados nacionais (INE, 2025).

No setor da indústria transformadora destacam-se as PME (Figura 3) com mais de 50% das respostas. Este padrão é coerente com os dados nacionais, onde este setor, embora não o mais numeroso, tem um peso relevante em termos de valor acrescentado e exportações (INE, 2023).

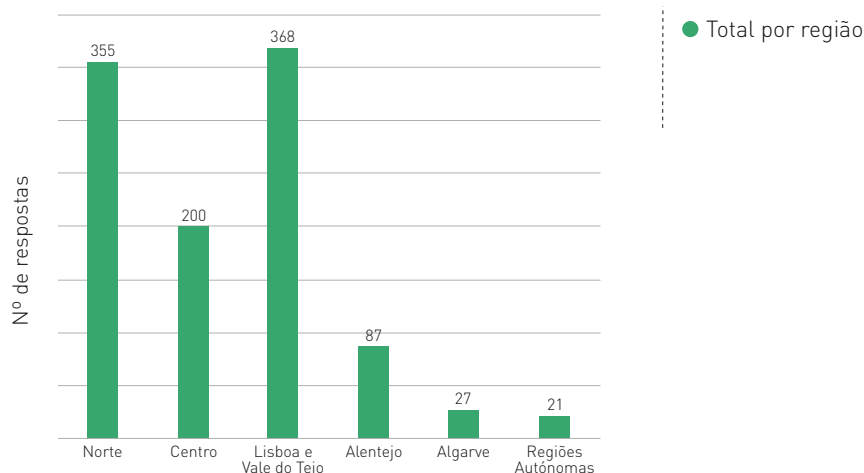


**Figura 3: Distribuição setorial de acordo com a dimensão empresarial**

Nos setores da Construção; do Comércio por grosso e retalho e das Outras Atividades de Serviços, observa-se uma distribuição mais equilibrada entre as diferentes dimensões empresariais. No entanto, o setor de Outras Atividades de Serviços apresenta uma clara predominância de microempresas, com 56 em 108 respostas, o que reflete a realidade nacional. Este setor inclui atividades como cabeleireiros, lavandarias, serviços pessoais e organizações associativas — tradicionalmente dominadas por microempresas.

### 2.1.2.3 Região

A análise regional (Figura 4) mostra uma distribuição geográfica diversificada das respostas, com maior concentração nas regiões do Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro. Estas regiões são também as que concentram a maior parte da atividade económica nacional, de acordo com a Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), refletindo a densidade populacional, a infraestrutura instalada e a presença de polos industriais e comerciais.

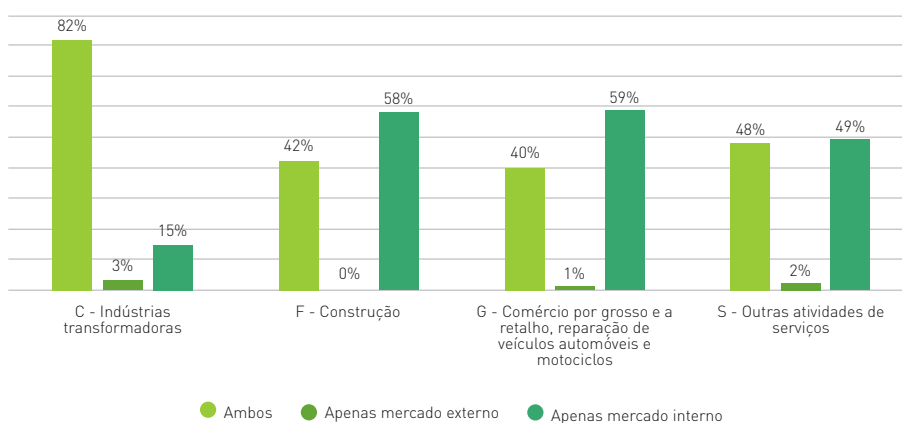


**Figura 4: Distribuição da amostra por região**

Setores como a indústria transformadora e o Comércio por grosso e retalho têm uma presença transversal em várias regiões, evidenciando a sua importância estrutural. Em contraste, setores como a Agricultura, Produção Animal, Caça e Floresta são mais representativos em regiões como o Alentejo e o Algarve, onde predominam atividades ligadas ao setor primário.

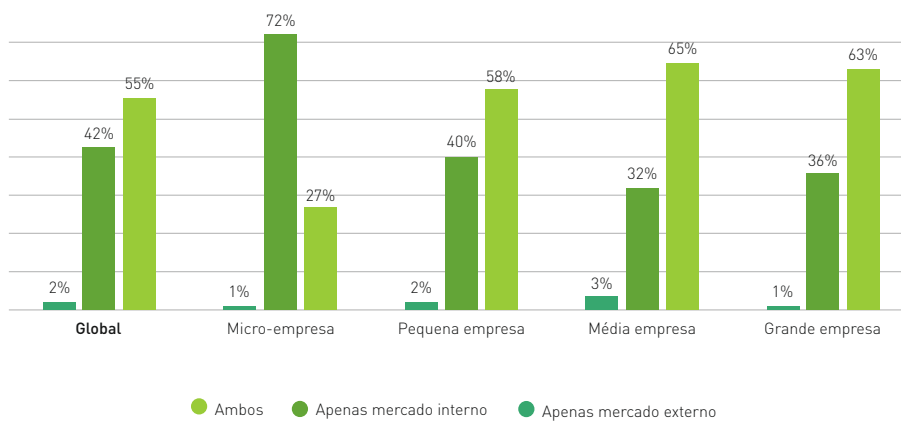
### 2.1.2.4 Mercados

Relativamente ao foco de atuação, observa-se que cerca de 55% das empresas que responderam ao inquérito (Figura 5) desenvolvem a sua atividade simultaneamente nos mercados interno e externo. Os restantes 43% atuam exclusivamente no mercado interno, sendo que apenas cerca de 2% atuam exclusivamente no mercado externo.



**Figura 5: Distribuição setorial por mercado**

A análise do perfil exportador português revela uma dinâmica competitiva sustentada por uma diversidade de setores e dimensões empresariais, com destaque para o papel das pequenas, médias e microempresas (PME), responsáveis por mais de 40% das exportações de bens (Comissão Europeia, 2024a). Este dado evidencia a sua forte orientação internacional e crescente capacidade de inserção em mercados externos. As grandes empresas (0,1% do tecido empresarial nacional) são responsáveis por uma parte significativa das exportações, o que reforça a sua importância estratégica nas cadeias de valor globais.



**Figura 6: Distribuição por dimensão e tipo de mercado**

Ao comparar a realidade nacional com os dados obtidos na amostra (Figura 5 e Figura 6) observam-se padrões similares em relação à presença no mercado externo e interno, nomeadamente por setor e dimensão da empresa, como sejam:

- As Indústrias Transformadoras lideram em presença exportadora, e os resultados do estudo refletem essa liderança, com a esmagadora maioria das empresas a atuar em ambos os mercados.
- Na Construção e no Comércio por grosso e retalho, a amostra sugere uma distribuição mais equilibrada, com um número considerável de empresas a operar em ambos os mercados, embora a maioria ainda se concentre no mercado interno.
- Nas Outras Atividades de Serviços é aquele em que se verifica um maior equilíbrio entre o mercado interno e externo.

No que diz respeito à dimensão das empresas, os dados da amostra acompanham a realidade portuguesa, que aponta para as PME como pilares da exportação (INE, 2023), como seja:

- As médias empresas são as que mais atuam simultaneamente no mercado externo e interno, seguidas de perto pelas grandes empresas.
- As microempresas concentram-se predominantemente no mercado interno. Estes dados sugerem que, dentro do universo das PME que impulsionam as exportações nacionais, as médias empresas podem ser as mais ativas no processo de internacionalização, enquanto as de menor dimensão enfrentam mais desafios na adaptação a diferentes mercados.

## 2.2 CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

### DESTAQUES:

- **Conhecimento desigual entre empresas:** Embora 38% das empresas afirmem estar familiarizadas com o conceito de finanças sustentáveis, verifica-se uma forte assimetria entre grandes empresas (55% com conhecimento) e microempresas (apenas 27%), evidenciando a necessidade de ações de sensibilização ajustadas à dimensão empresarial.
- **Conhecimento da Regulamentação:** Apenas 11% das empresas declaram ter conhecimento profundo sobre o enquadramento regulatório em sustentabilidade e finanças sustentáveis. O setor da Construção destaca-se com 30% de respostas afirmativas, contrastando com lacunas evidentes em setores como Outras Atividades de Serviços.
- **Grau de adoção:** Apenas 5% das empresas em termos globais indicam já ter recorrido a instrumentos de financiamento sustentável. Nas grandes empresas a incidência é maior (8%) e menor nas microempresas (1%).
- **Grau de conhecimento por setor:** Construção e Indústrias Transformadoras apresentam níveis mais elevados de conhecimento e utilização, refletindo maior exposição a exigências regulatórias e ambientais.  
 PMEs exportadoras com maior potencial: As pequenas e médias empresas com vocação internacional revelam maior predisposição para adotar instrumentos de financiamento sustentável, possivelmente impulsionadas pela competitividade global e exigências dos mercados externos.

Esta secção centra-se na avaliação do grau de familiaridade das empresas com os instrumentos de financiamento sustentável, bem como na identificação da sua utilização prática (Questões 5 a 7 do questionário).

### 2.2.1 Nível de conhecimento

A adoção de práticas de financiamento sustentável depende, em grande medida, do nível de conhecimento que as organizações detêm sobre os instrumentos disponíveis. A análise dos dados sobre o nível de conhecimento, permite assim identificar tendências, assimetrias e potenciais áreas de intervenção que podem contribuir para uma maior democratização do acesso a estes mecanismos financeiros.

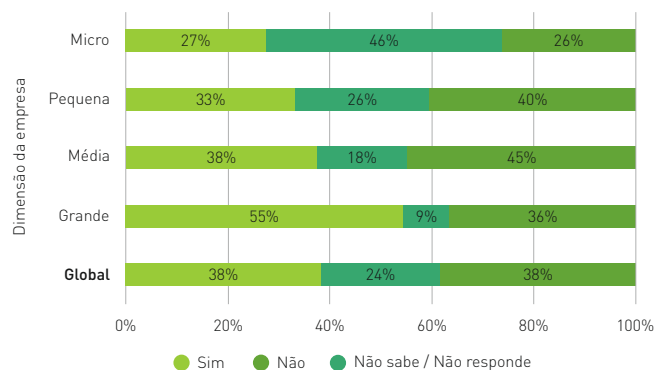


Figura 7: Nível de familiaridade com o conceito e instrumentos de finanças sustentáveis por dimensão da empresa

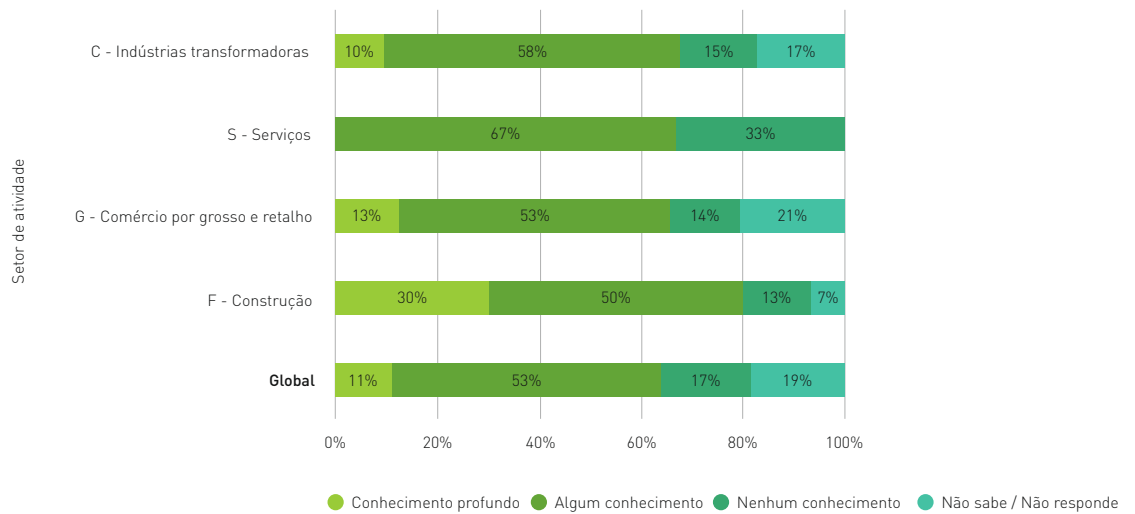
A Figura 7 revela que, a nível global, 38% das respostas afirmam familiaridade com o conceito e instrumentos de financiamento sustentável. 24% indicam não estar familiarizados e 38% selecionaram a opção "Não sabe/Não responde".

Observam-se, contudo, diferenças relevantes quando se analisa o nível de familiaridade por dimensão das empresas:

- Entre as grandes empresas, destaca-se uma percentagem significativa (55%) de respostas afirmativas, com apenas 9% a declarar desconhecimento.
- Nas empresas médias e pequenas, as respostas afirmativas representam cerca de 38% e 33%, respetivamente, enquanto as respostas negativas são de 18% nas médias e 26% nas pequenas.
- Nas microempresas, o panorama é mais desfavorável, com apenas 27% a indicar familiaridade e uma percentagem mais alta de respostas negativas, cerca de 46%, refletindo maiores desafios neste segmento para aceder ao conhecimento sobre financiamento sustentável).

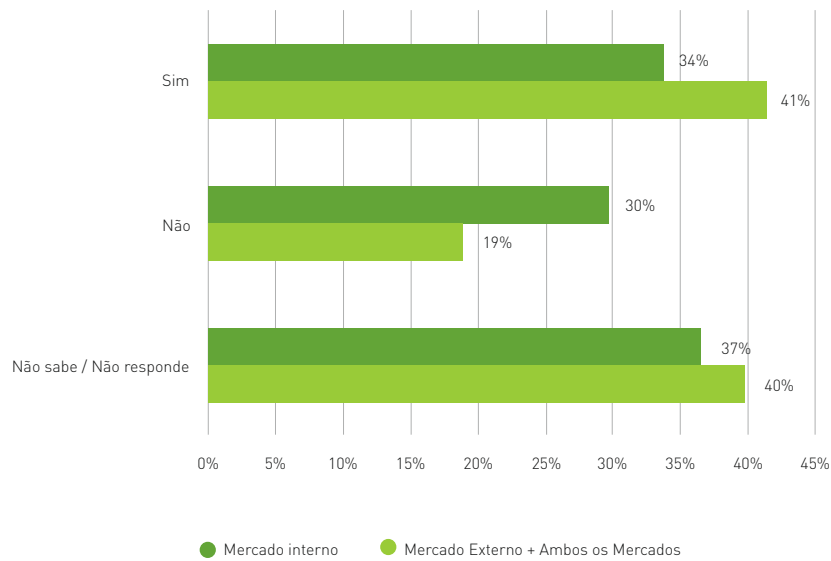
A diferença no conhecimento destes temas entre grandes e pequenas empresas destaca uma oportunidade para implementar campanhas de sensibilização adaptadas à dimensão e às necessidades das empresas. Isso não só promoverá uma maior consciencialização, como também fortalecerá a capacidade das empresas, especialmente as PMEs, de integrar práticas sustentáveis de maneira eficaz.

As respostas relativamente à questão sobre o nível de conhecimento da empresa no que diz respeito à regulamentação portuguesa, europeia, internacional sobre sustentabilidade e finanças sustentáveis (Taxonomia, CSRD, CS3D, entre outras) encontram-se refletidas na Figura 8.



**Figura 8: Grau de conhecimento declarado sobre o enquadramento regulatório em sustentabilidade e finanças sustentáveis (valores globais e nos 4 setores mais representativos)**

Entre os quatro setores com maior representação na amostra, destaca-se o da Construção, onde 30% dos respondentes referem ter "Conhecimento profundo" sobre este enquadramento regulatório (valor significativamente acima da média global situada em 11%) e 50% indicam ter "Algum conhecimento". No setor das Indústrias transformadoras, os resultados alinham-se com a média global, com 58% a declarar "Algum conhecimento" e 10% "Conhecimento profundo". No Comércio por grosso e retalho, 53% dos inquiridos indicam "Algum conhecimento" e 13% "Conhecimento profundo". Já no setor dos Serviços, a maioria (67%) refere ter "Algum conhecimento", mas 33% indicam "Nenhum conhecimento", não se registando respostas na categoria de "Conhecimento profundo". Este perfil de respostas, marcado pela ausência de conhecimento profundo e por um peso significativo de respostas com conhecimento limitado, poderá também ser explicado pela elevada presença de micro e pequenas empresas neste setor, conforme ilustrado na Figura 3.

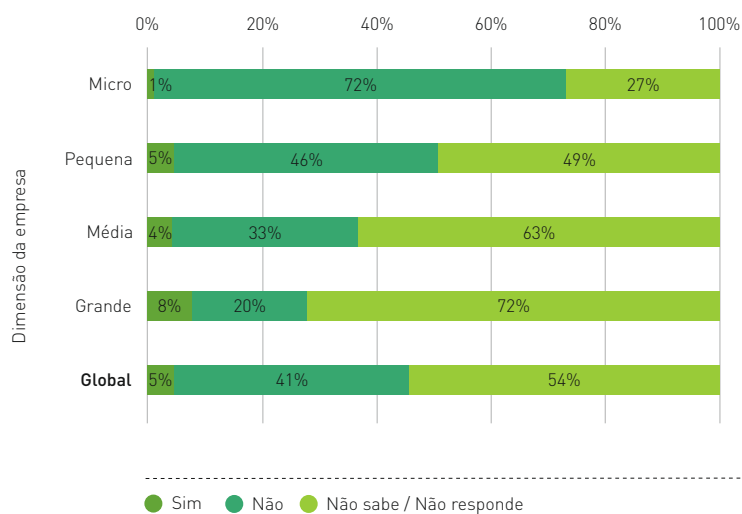


**Figura 9: Nível de familiaridade com o conceito e instrumentos de finanças sustentáveis por âmbito de atuação**

Analisando por âmbito de atuação (Figura 9), as empresas com atividade internacional (que incluem as que atuam só no mercado externo e as que atuam simultaneamente em ambos os mercados: externo e interno) reportam maior nível de conhecimento (41%) do que as que operam apenas no mercado interno (34%). Por sua vez, 30% das empresas domésticas declaram não ter conhecimento sobre finanças sustentáveis, valor que desce para 19% entre as exportadoras.

### 2.2.2 Uso Prático dos Instrumentos

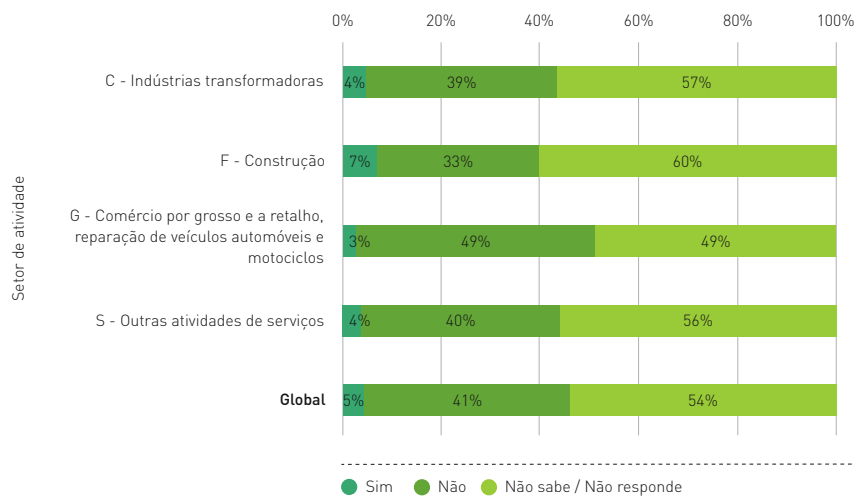
Observa-se um nível de adoção de instrumentos de financiamento sustentável bastante reduzido entre as empresas inquiridas (Figura 10).



**Figura 10: Nível de utilização de instrumentos de financiamento sustentável, por dimensão da empresa**

A nível global, apenas 5% das empresas indicaram já ter recorrido a este tipo de mecanismos, enquanto 41% afirmaram não o ter feito. A maioria das respostas (54%) corresponde à opção “Não sabe/Não responde”.

Quando analisada a informação por dimensão da empresa, observa-se que as grandes empresas registam a taxa mais elevada de utilização (8%), seguidas das pequenas (5%) e das médias (4%). As microempresas apresentam o valor mais baixo (1%). Estes resultados sugerem que a utilização de instrumentos de financiamento sustentável está mais associada à dimensão e capacidade organizacional das empresas, sendo mais frequente entre estruturas maiores e potencialmente mais expostas a exigências regulatórias ou a incentivos de mercado.



**Figura 11: Nível de utilização de instrumentos de financiamento sustentável, por setor de atividade**

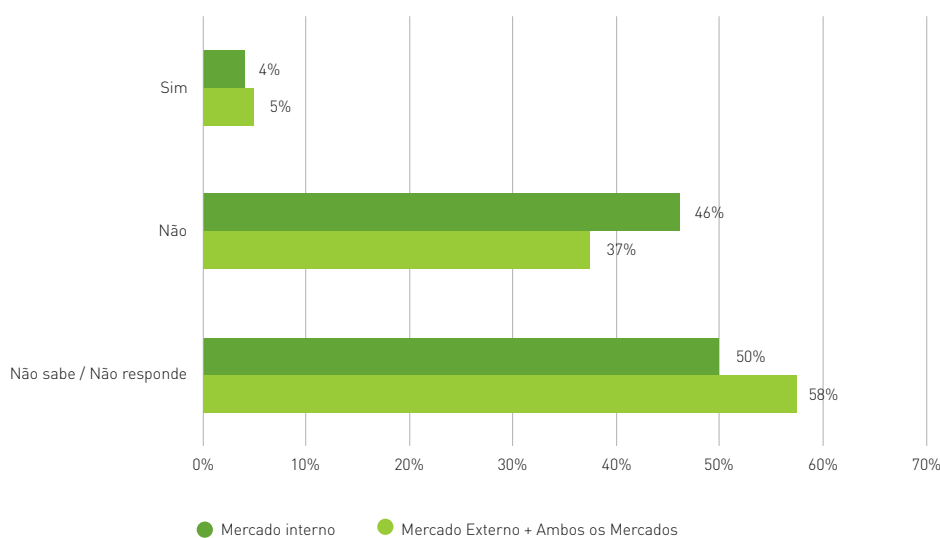
Entre os quatro setores com maior representação na amostra, os valores mantêm-se relativamente alinhados com o padrão global, com pequenas variações (Figura 11). O setor da Construção regista a percentagem mais elevada de respostas afirmativas (7%), seguido das Indústrias Transformadoras (4%) e das Outras Atividades de Serviços (4%). O Comércio por grosso e retalho apresenta o valor mais baixo de utilização efetiva (3%). Estes resultados sugerem que a utilização de instrumentos de financiamento sustentável permanece ainda limitada no tecido empresarial nacional, mesmo entre os setores com maior peso na amostra.

Setores com maior exposição pública ou sujeitos a maiores exigências regulamentares, como a Construção e a Indústria transformadora, revelam níveis mais avançados de familiaridade e de adoção dos instrumentos de financiamento sustentável. No caso da Construção, observou-se uma maior proporção de respostas com “conhecimento profundo” da regulamentação nacional e internacional relacionada com financiamento sustentável e ESG em geral, e também uma percentagem acima da média de empresas que já recorreram a este tipo de financiamento. A Indústria transformadora, por sua vez, apresenta uma utilização consistente e uma forte ligação entre a perceção de benefícios e os impactos efetivos reportados. Estes setores, que frequentemente enfrentam requisitos ambientais e normativos específicos, parecem mais propensos a internalizar práticas de financiamento alinhadas com objetivos ESG.

Já em setores como o das Outras Atividades de Serviços, observam-se maiores lacunas, tanto ao nível do conhecimento como da aplicação prática, o que pode ser reflexo da predominância de empresas de menor dimensão neste segmento, da sua menor capacidade técnica e financeira, bem como da menor exposição a impactos ambientais diretos.

Com base na informação apresentada na presente secção e secção 2.1, é possível concluir que as pequenas e médias empresas exportadoras, especialmente as de dimensão média, tendem a manifestar uma maior necessidade e potencial de adesão a instrumentos de financiamento sustentável, impulsionadas tanto pela competitividade global quanto pelas crescentes exigências dos mercados internacionais.

As PME orientadas exclusivamente para o mercado interno — em particular as micro e pequenas empresas — tendem a enfrentar maiores obstáculos na adoção de instrumentos de financiamento sustentável, devido, muito possivelmente, à sua menor exposição internacional e à predominância em setores tradicionalmente menos inovadores. Este contexto evidencia a necessidade de mecanismos de apoio mais específicos e direcionados. Em contraste, as grandes empresas exportadoras, beneficiam da sua escala e forte integração em cadeias de valor globais, revelando, em geral, um maior grau de acesso e utilização destes instrumentos.



**Figura 12: Utilização de instrumentos de financiamento sustentável por âmbito de atuação (mercado externo e/ou interno)**

A análise apresentada (Figura 12) distingue dois grupos de empresas: aquelas que atuam exclusivamente no mercado interno e aquelas que têm atividade internacional, abrangendo tanto as que operam exclusivamente no mercado externo como as que atuam em ambos os mercados. Verifica-se que as empresas que têm atuação exclusiva no mercado externo têm uma expressão muito baixa, por sua vez, entre as empresas com atividade internacional (mercado externo e ambos os mercados), 5% afirmam já ter recorrido a instrumentos de financiamento sustentável versus 4% no caso das empresas com atuação exclusiva no mercado interno. Embora a percentagem de adoção entre os dois grupos seja semelhante quando analisada dentro de cada universo, entre as empresas que afirmam já ter recorrido a instrumentos de financiamento sustentável, 63% têm atividade internacional e 38% atuam exclusivamente no mercado interno.

Estes resultados reforçam a tendência já observada relativamente ao conhecimento sobre finanças sustentáveis, sugerindo que as empresas com presença internacional demonstram, em geral, maior familiaridade com o tema e uma taxa de adoção mais elevada face às que se concentram apenas no mercado nacional.

## 2.3 IMPACTO DA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

### DESTAQUES:

#### Baixa adesão:

- Apenas 5% das empresas inquiridas indicaram ter recorrido a instrumentos de financiamento sustentável, o que limitou o número de respostas nesta secção a 48, face às 1062 das anteriores.

#### Principais obstáculos:

- Desconhecimento dos instrumentos disponíveis e das suas vantagens.
- Limitações de garantias associadas à dimensão das PME.
- Falta de conhecimento técnico por parte da gestão de topo e equipas financeiras/sustentabilidade.
- Complexidade legislativa e carga burocrática elevada.

#### Instrumentos mais utilizados:

- 42% recorreram a Green Bonds ou Green Loans.
- 33% recorreram a Sustainability Linked Bonds ou Loans.
- Apenas 2% referiram iniciativas como Portugal 2020, PRR ou Fundo Ambiental.

#### Montantes financiados:

- 73% acederam a valores até 5 milhões de euros.
- 9% entre 5 e 10 milhões.
- 14% entre 10 e 50 milhões.
- 4% entre 50 e 100 milhões.
- Nenhuma empresa ultrapassou os 100 milhões de euros.

#### Objetivos de investimento:

- Mitigação das alterações climáticas é a prioridade mais referida.
- Adaptação climática e resiliência das infraestruturas ganham algum destaque.
- Economia circular, uso sustentável da água e proteção da biodiversidade com menor expressão.
- Dimensões sociais e de governança ainda pouco valorizadas.

#### Vantagens consideradas:

- Mais de 60% consideram o financiamento sustentável mais acessível e vantajoso do que o tradicional.
- 50% apontam melhorias na imagem institucional e redução de custos.
- 30% associam a utilização a inovação e conformidade legal.

#### Desafios adicionais:

- Dificuldade em cumprir todos os requisitos.
- Aumento das exigências de reporte ESG.
- Barreiras regulatórias nacionais, europeias e internacionais.

#### Avaliação da eficácia:

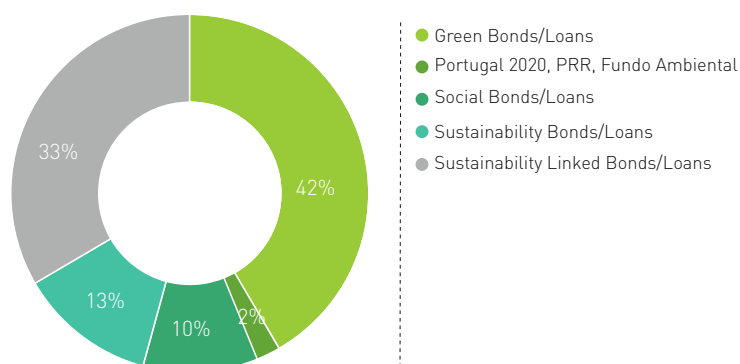
- Perto de 50% consideram que os objetivos foram plenamente atingidos.
- 31,4% reconhecem melhorias, embora aquém do esperado.
- 13,7% consideram os resultados insatisfatórios.
- A perceção de eficácia é superior nas médias e grandes empresas, face às mais pequenas.
- Este aspeto parece estar associado a um nível de conhecimento sobre os instrumentos de financiamento sustentável superior.

*Esta secção centra-se na perceção das empresas relativamente ao impacto, às oportunidades e aos benefícios decorrentes da utilização de instrumentos de financiamento sustentável.*

Nesta secção, a dimensão da amostra foi significativamente reduzida, passando de 1062 para 48 respostas, devido à aplicação de lógica condicional no questionário. Este mecanismo filtrou automaticamente as questões subsequentes, permitindo o seu acesso apenas às entidades que declararam ter recorrido a instrumentos de financiamento sustentável. Estas representam 5% da amostra total. Importa referir que a distribuição por setor de atividade e dimensão empresarial se manteve consistente com a da amostra global (1062 respostas).

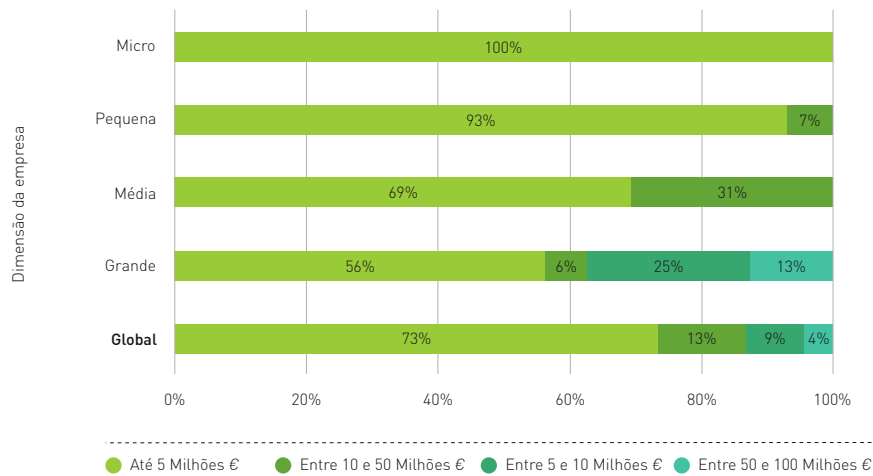
Entre os principais fatores que explicam o reduzido recurso a instrumentos de financiamento sustentável por parte das empresas, destacam-se as dificuldades sentidas por muitas PME no acesso a este tipo de financiamento. Estas dificuldades estão associadas, por um lado, ao desconhecimento dos instrumentos disponíveis e respetivas vantagens e, por outro, à limitação das garantias que estas empresas conseguem oferecer, em grande parte devido à sua dimensão. Acresce ainda que, nas PME, a gestão de topo, equipas financeiras e equipas de sustentabilidade nem sempre dispõem do conhecimento necessário sobre estas matérias, nem têm plena consciência dos benefícios estratégicos da integração da sustentabilidade como fator diferenciador. Adicionalmente, a complexidade legislativa e a carga burocrática associadas constituem barreiras adicionais à adoção destes instrumentos.

Das 48 empresas que indicaram ter utilizado este tipo de financiamento, 42% optaram por financiar projetos com benefícios ambientais através de Green Bonds ou Green Loans. Outros 33% indicaram ter recorrido a Sustainability Linked Bonds ou Loans, instrumentos que, embora não financiem especificamente projetos verdes, associam o custo do financiamento ao cumprimento de metas de desempenho ESG — que podem ser ambientais, sociais ou de governance — alinhadas com a estratégia de sustentabilidade da empresa. A representatividade dos restantes instrumentos é residual na amostra, por exemplo, apenas 2% referiram iniciativas como o Portugal 2020, o PRR ou o Fundo Ambiental (Figura 13).



**Figura 13: Distribuição percentual dos instrumentos de financiamento sustentável utilizados**

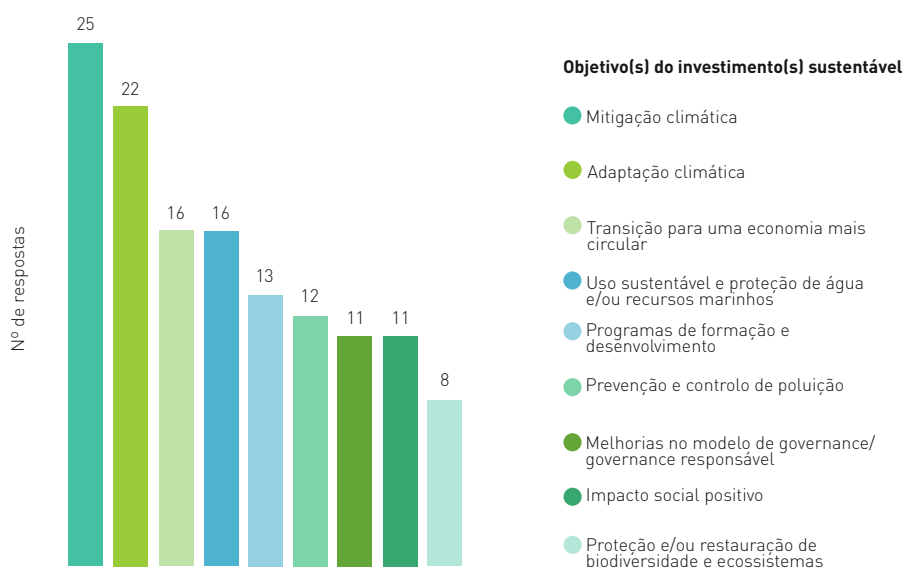
A predominância da utilização dos Green Bonds como o instrumento de financiamento sustentável mais utilizado entre as empresas inquiridas confirma a crescente relevância dos investimentos sustentáveis e reforça a eficácia dos Green Bonds como mecanismo de mobilização de capital para projetos com impacto ambiental positivo.



**Figura 14: Montantes de financiamento por dimensão de empresa**

Por outro lado, no que diz respeito ao montante de financiamento adquirido, a Figura 14 mostra que, em termos globais, 73% das empresas acederam a montantes até 5 milhões de euros de níveis de financiamento, 13% referiram financiamentos entre 5 e 10 milhões, 9% entre 10 e 50 milhões, e 4% entre 50 e 100 milhões (questionado: montante acumulado dos últimos 5 anos). Nenhuma empresa declarou ter ultrapassado os 100 milhões de euros.

Observando a distribuição por dimensão empresarial, verifica-se uma correlação entre a dimensão da empresa e os montantes de financiamento sustentável obtidos, sendo que, quanto maior a dimensão, maior tende a ser o montante financiado. Enquanto todas as microempresas e a grande maioria das pequenas empresas (93%) referem ter acedido exclusivamente a montantes até 5 milhões de euros, as médias e grandes empresas apresentam uma maior diversidade de escalas de financiamento. Destaca-se que 31% das médias empresas e 44% das grandes empresas acederam a valores superiores a 5 milhões de euros. No caso das grandes empresas, 25% indicam ter obtido montantes entre 10 e 50 milhões de euros, e 13% referem financiamentos entre 50 e 100 milhões de euros.



**Figura 15: Distribuição dos objetivos das empresas com o investimento em financiamento sustentável**

A análise das prioridades identificadas pelas empresas portuguesas revela um ênfase significativo na mitigação das alterações climáticas, destacando-se como o objetivo mais frequentemente referido. Em paralelo, observa-se uma atenção crescente à adaptação climática, refletida na preocupação com a resiliência das infraestruturas. Embora com menor expressão, surgem também iniciativas relacionadas com a transição para a economia circular e a utilização sustentável da água. Por outro lado, a proteção da biodiversidade permanece entre as áreas menos priorizadas. As dimensões sociais e de governança apresentam igualmente uma expressão reduzida no contexto nacional, o que poderá indicar um nível de maturidade ainda limitado nestes domínios (Figura 15).

### 2.3.1 Vantagens, Oportunidades e Desafios

Mais de 60% das empresas que responderam a esta secção do questionário consideram que, atualmente, o financiamento sustentável é mais acessível e vantajoso do que o financiamento tradicional.

A maioria das empresas inquiridas identificou duas vantagens principais associadas à adoção de instrumentos de financiamento sustentável: o reforço do conhecimento e do desempenho em matéria de ESG, e o estímulo à definição de abordagens mais estruturadas, com monitorização de indicadores e metas alinhadas com as estratégias ESG e os objetivos globais de negócio.

Os dados revelam que cerca de metade das empresas reconheceu benefícios concretos associados à utilização de financiamento sustentável, destacando-se a redução de custos operacionais (54%) e a melhoria da imagem e reputação (52%).

A análise por dimensão mostra que as grandes e médias empresas concentram as referências à inovação em produtos/serviços (44% e 54%, respetivamente), bem como à melhoria da imagem institucional (67% e 69%). Nenhuma destas empresas indicou ausência de benefícios expressivos.

Já nas pequenas empresas, embora a redução de custos operacionais (47%) e financeiros (27%) se mantenha relevante, a inovação e a melhoria da imagem são menos mencionadas, dando lugar a um peso maior da conformidade legal (33%) e a uma maior proporção de respostas sem benefícios identificados (20%).

Entre os principais desafios identificados pelas empresas, destaca-se a dificuldade em implementar integralmente os requisitos associados ao financiamento sustentável, agravada pelo aumento das exigências de reporte de informação ESG. Adicionalmente, o conhecimento limitado sobre finanças sustentáveis e sobre os enquadramentos regulamentares — nacionais, europeus e internacionais — constitui uma barreira significativa, reforçando os resultados já evidenciados no presente estudo. Esta lacuna de conhecimento, tanto ao nível técnico como estratégico, compromete a capacidade das organizações para integrar eficazmente os princípios ESG nos seus modelos de negócio e para tirar pleno partido dos instrumentos disponíveis.

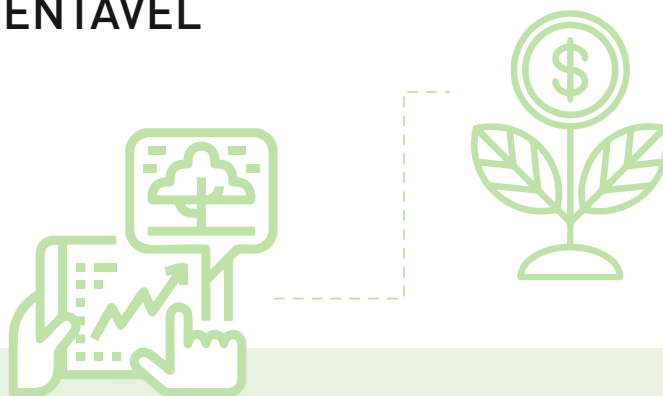
### 2.3.2 Avaliação do Impacto

Embora apenas 5% das empresas indiquem já ter recorrido a instrumentos de financiamento sustentável, a perceção sobre os seus resultados é maioritariamente positiva. Globalmente, 48% consideram que os objetivos foram plenamente atingidos e 31% identificam melhorias claras, ainda que parciais.

A análise por dimensão revela que as médias empresas apresentam o nível mais elevado de satisfação, com 54% a indicar que os objetivos foram plenamente atingidos e apenas 15% a referir que ainda não é possível concluir. As grandes empresas seguem uma tendência semelhante, com 50% a considerar que o financiamento atingiu plenamente os objetivos e 28% a reconhecerem melhorias parciais.

Nas pequenas empresas, embora 40% indiquem plena obtenção dos objetivos, 13% consideram que os resultados foram insatisfatórios — o valor mais elevado entre os grupos analisados. A interligação entre o conhecimento sobre finanças sustentáveis e a eficácia percebida dos instrumentos de financiamento sustentável é evidente. Empresas com maior familiaridade e conhecimento profundo sobre esses instrumentos tendem a utilizá-los de maneira mais eficaz, alcançando melhor os seus objetivos. No entanto, a falta de conhecimento e a incerteza sobre finanças sustentáveis podem limitar a capacidade das empresas de maximizar os benefícios desses instrumentos. Portanto, é crucial promover a educação e a capacitação em finanças sustentáveis para aumentar a eficácia e a satisfação das empresas com os resultados obtidos, contribuindo assim para um uso mais eficiente e abrangente dos instrumentos de financiamento sustentável.

## 2.4 PERSPETIVA FUTURA SOBRE OS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL



### DESTAQUES:

#### Planos para Implementação:

- 5% das empresas planeiam adotar ou expandir o financiamento sustentável no curto prazo (até 1 ano).
- 11% têm intenções para o médio prazo (2-3 anos).
- 21% demonstra interesse potencial, mas sem planos definidos, enquanto 10% não têm intenção de recorrer a este tipo de financiamento.
- Estes valores são pouco expressivos, embora representem uma tendência de melhoria face à implementação já efetivada no seio da amostra do estudo.

#### Por Dimensão Empresarial:

- 20% das grandes empresas têm planos concretos.
- 18% das médias empresas manifestam intenções.
- 2% das pequenas e 14% das microempresas têm planos.
- 25% das pequenas e 29% das microempresas demonstram interesse, apesar de não terem planos definidos.

#### Áreas de Foco:

- A mitigação das alterações climáticas (redução de emissões de GEE) mantém-se a principal área de foco nos planos futuros.
- Destaque para economia circular e controlo da poluição.
- Valorização de impacto social positivo e programas de formação.
- Outras áreas com menos peso comparativo: adaptação climática, governança, recursos hídricos e ecossistemas.

#### Instrumentos Financeiros:

- 46% das empresas não sabe que instrumento irá utilizar.
- Entre as restantes: 15% referem Sustainability Bonds/Loans, 14% Green Bonds/Loans,
- 14% Sustainability Linked Bonds/Loans.
- Social Bonds/Loans (8%) e “Outros” (2%) com menor expressão.

#### Montantes de Financiamento:

- 52% não sabem ou não responderam quanto ao montante esperado.
- 72% das empresas que responderam apontam para valores até 5 milhões de euros.
- Micro e pequenas empresas concentram-se nos valores mais baixos. Médias e grandes empresas apresentam maior diversidade, com destaque para faixas entre os 5 e 50 milhões.
- Três empresas referem perspetiva de investimento superior a 100 milhões de euros nos próximos 2 a 3 anos.

Esta secção visa analisar as intenções futuras das empresas relativamente ao recurso a instrumentos de financiamento sustentável, com o propósito de avaliar o potencial de evolução das suas práticas neste domínio e identificar tendências emergentes na integração da sustentabilidade nas respetivas estratégias empresariais.

Em resultado do modelo dinâmico adotado na estruturação do questionário, verificou-se uma redução significativa no número de respostas nas questões subsequentes à identificação de utilização ou intenção de recurso a instrumentos de financiamento sustentável (questão Q8, conforme modelo em anexo), totalizando 171 respostas nas questões Q8.1 a Q8.3. Esta diminuição está diretamente relacionada com o facto de apenas cerca de 16% das empresas inquiridas referirem a existência de planos concretos de implementação deste tipo de solução a curto ou médio prazo.

### 2.4.1 Planos para implementação

De acordo com os dados apresentados na Figura 16, aproximadamente 5% das empresas indicaram planos para iniciar ou expandir o recurso a instrumentos de financiamento sustentável no curto prazo (até 1 ano), enquanto 11% manifestaram essa intenção para o médio prazo (2 a 3 anos).

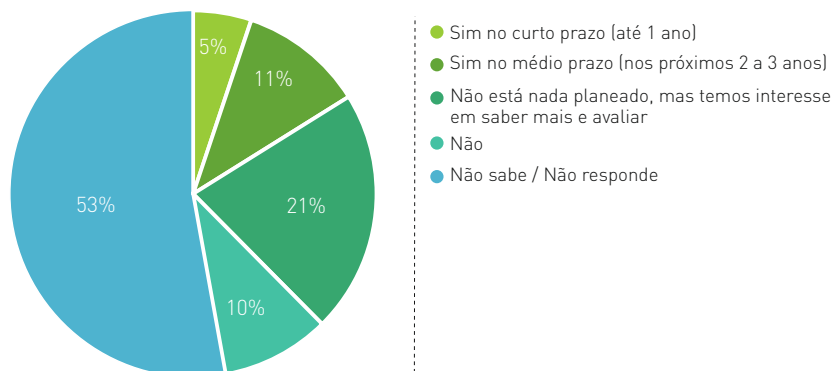
Por outro lado, 21% das empresas, embora sem planos definidos, demonstraram interesse em aprofundar o conhecimento sobre o tema e avaliar a sua aplicabilidade.

Em contraste, 10% afirmaram não ter qualquer intenção de recorrer a este tipo de financiamento.

Este cenário reflete um grau de maturidade ainda embrionário de adoção, mas revela igualmente sinais de interesse crescente (quando comparado com a implementação já efetiva que registou 5%) e potencial de evolução futura.

Do ponto de vista da dimensão empresarial, as grandes empresas destacam-se, com 20% a indicarem planos concretos de adoção ou expansão do financiamento sustentável no curto ou médio prazo.

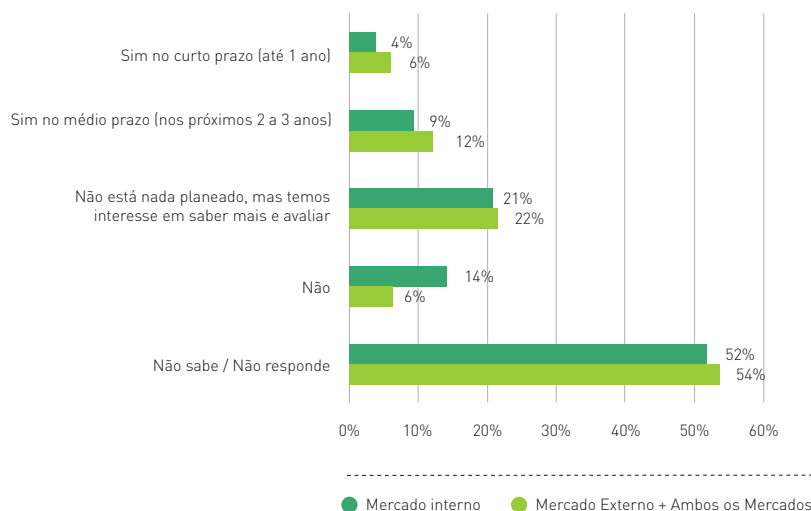
Entre as médias empresas, o compromisso também é relevante, com 18% a manifestarem intenções nesse sentido.



**Figura 16: Visão futura sobre a implementação ou expansão de instrumentos de financiamento sustentável**

Nas pequenas empresas, esse valor desce para 12%, e para 14% nas microempresas.

Apesar dos níveis de intenção concreta serem mais reduzidos nos segmentos de menor dimensão, é de salientar que 25% das pequenas empresas e 29% das microempresas, embora sem planos definidos, demonstram interesse em aprofundar o conhecimento sobre estes instrumentos — um sinal de abertura que poderá ser potenciado através de iniciativas de capacitação e apoio técnico.

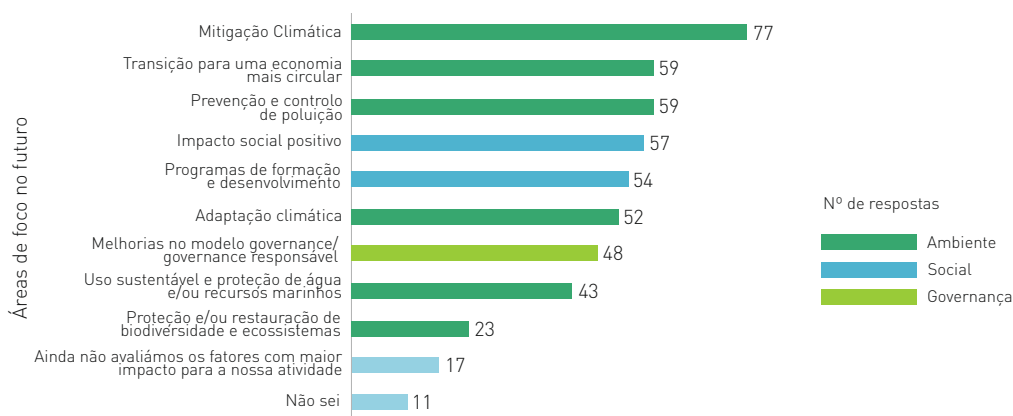


**Figura 17: Intenções futuras de utilização de instrumentos de financiamento sustentável, por âmbito de atuação**

Entre as que operam no mercado externo (mercado externo e ambos os mercados), 6% referem planos para adoção no curto prazo (até 1 ano) e 12% no médio prazo (2 a 3 anos), contrastando com 4% e 9%, respetivamente, no caso das empresas que atuam apenas no mercado interno (Figura 17). No caso do grupo que não tem planos definidos, mas demonstra interesse em saber mais e avaliar, os valores são semelhantes: 22% no caso das empresas com atividade internacional e 21% no das empresas domésticas. Já entre as que indicam não tencionar recorrer a este tipo de financiamento, observa-se uma maior proporção entre as que atuam apenas no mercado interno (14%, face a 6%). Estes resultados apontam para uma maior predisposição à adoção entre as empresas com exposição internacional, reforçando a tendência observada noutras dimensões do estudo, como o conhecimento e a utilização efetiva.

### 2.4.2 Áreas de Foco

As áreas prioritárias apontadas pelas empresas para futuras ações de financiamento sustentável (Figura 18) evidenciam uma orientação clara para temas ambientais e sociais, em linha com os eixos



**Figura 18: Visão Futura sobre áreas de foco**

A mitigação das alterações climáticas — nomeadamente através da redução das emissões de gases com efeito de estufa — surge como a prioridade mais referida, seguida pela transição para uma economia circular e pela prevenção e controlo da poluição.

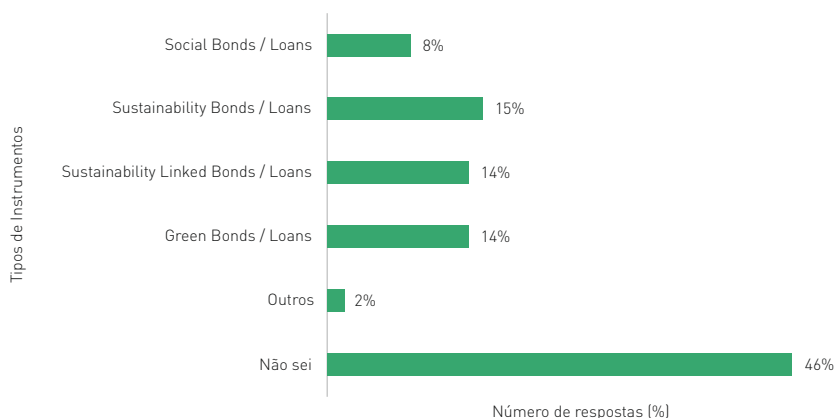
Também se destacam, com expressão relevante, o impacto social positivo e os programas de formação e desenvolvimento, refletindo a valorização crescente de fatores sociais e de capacitação interna.

A adaptação às alterações climáticas, as melhorias nos modelos de governança e a proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas completam o conjunto de áreas mais frequentemente mencionadas.

### 2.4.3 Expectativas de Investimento

As respostas relativas aos instrumentos financeiros que as empresas tencionam utilizar no futuro (Figura 19) revelam uma distribuição relativamente equilibrada entre os principais mecanismos atualmente disponíveis no mercado, refletindo uma diversidade de abordagens e interesses no acesso ao financiamento sustentável. No entanto, 46% das empresas indicaram não saber ainda que tipo de instrumento pretendem utilizar, o que evidencia um grau significativo de indefinição nesta matéria.

Entre as respostas afirmativas, os instrumentos mais referidos foram os Sustainability Bonds/Loans (15%), seguidos de perto pelos Green Bonds/Loans (14%) e pelos Sustainability Linked Bonds/Loans (também 14%). Esta distribuição sugere uma preferência por soluções que integram múltiplas dimensões da sustentabilidade ou, em alternativa, por instrumentos com foco ambiental, como os Green Bonds/Loans, que continuam a ser relevantes, embora com menor predominância face às respostas de empresas que já os utilizaram no passado.

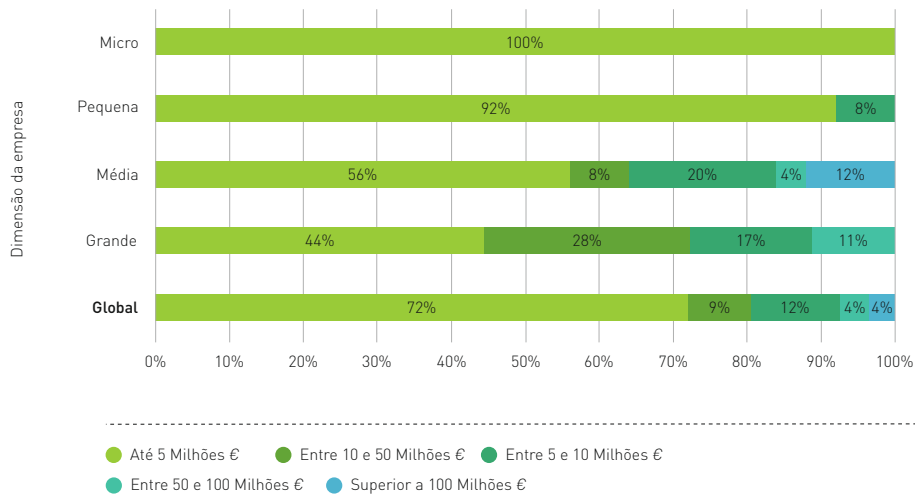


**Figura 19: Visão futura sobre os tipos de instrumentos financeiros a utilizar**

Os resultados apontam para uma aposta crescente em instrumentos que incorporam metas de desempenho ESG, como os Sustainability Linked Bonds/Loans, permitindo financiar áreas do negócio não diretamente associadas à sustentabilidade, mas condicionadas ao cumprimento de objetivos ambientais, sociais ou de governança. Esta abordagem promove uma integração mais transversal da sustentabilidade nas decisões empresariais.

Os Social Bonds/Loans foram mencionados com menor frequência (8%) e apenas 2% das empresas selecionaram a opção “Outros”. A elevada percentagem de respostas “Não sabe/Não responde” (46%) reforça a ideia de que uma parte significativa das empresas ainda não definiu com clareza o tipo de instrumento a adotar.

Relativamente ao montante de financiamento esperado, 52% das empresas responderam “Não sabe/Não responde”, o que revela uma incerteza generalizada quanto ao montante que poderá vir a ser mobilizado através destes instrumentos. Entre as empresas que indicaram valores ( ), observa-se uma clara concentração em montantes até 5 milhões de euros (72%), sobretudo entre micro e pequenas empresas, refletindo a menor escala de investimento típica destes segmentos.



**Figura 20: Visão futura sobre montante de financiamento por dimensão empresas**

Nas médias empresas, embora a maioria também aponte para valores até 5 milhões, as respostas distribuem-se por todas as faixas, evidenciando maior heterogeneidade nos perfis de investimento. Importa ainda notar que os montantes perspectivados neste grupo são significativamente superiores aos montantes anteriormente reportados como já obtidos (Figura 14).

As grandes empresas apresentam uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes intervalos, com destaque para os montantes entre 5 e 50 milhões de euros.

De notar ainda a referência a três casos com perspectiva de investimento superior a 100 milhões de euros, um patamar que não foi identificado nas respostas sobre montantes de financiamento já obtidos. As três empresas que indicaram esta intenção são de média dimensão, sendo que duas pertencem ao setor E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição.

## 2.5 IMPULSO DO SETOR FINANCEIRO AO FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

### DESTAQUES:

#### Perceção de impulso limitada:

- 60% das empresas indicam não ter conhecimento suficiente sobre o incentivo do setor financeiro ao recurso a instrumentos de financiamento sustentável.
- 26% afirmam não ter sido incentivadas a recorrer a financiamento sustentável.
- Apenas 14% reconhecem algum esforço por parte das instituições financeiras — sobretudo médias e grandes empresas.

#### Critérios ESG pouco disseminados na contratualização financeira:

- Mais de 60% das empresas desconhecem se os critérios ESG são exigidos em contratos de financiamento não sustentáveis.
- Apenas 11% confirmam essa exigência, revelando uma lacuna significativa na aplicação prática destes critérios.

#### Necessidade de atuação em dois eixos:

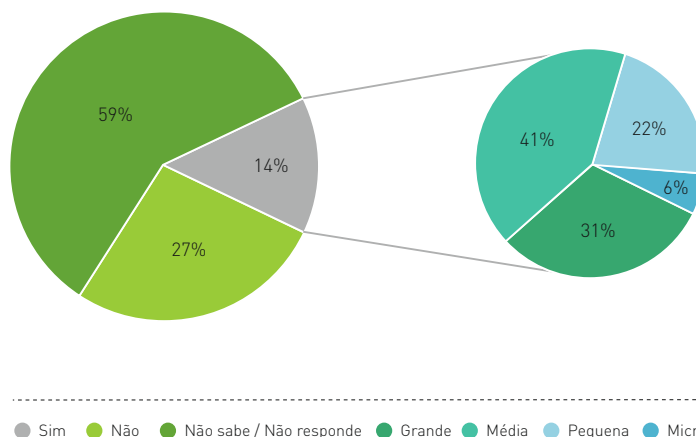
O setor financeiro tem vindo a afirmar-se como um agente transformador, canalizando recursos para iniciativas alinhadas com os princípios da sustentabilidade, mas os resultados do estudo indicam necessidades a dois níveis:

- Reforço da capacitação interna das empresas, com uma abordagem transversal à sustentabilidade.
- Estratégia diferenciada por parte das instituições financeiras, para alcançar empresas de todas as dimensões e promover a adoção de instrumentos de financiamento sustentável.

*Esta secção analisa o papel do setor financeiro no desenvolvimento do mercado de financiamento sustentável, destacando simultaneamente a perceção da sua influência e a necessidade de reforçar a capacitação das empresas para uma utilização mais eficaz destes instrumentos.*

O financiamento sustentável tem vindo a afirmar-se como um vetor transformador no setor financeiro e no mercado global. Com o aumento da consciencialização sobre questões ambientais e sociais, investidores e instituições financeiras — por iniciativa própria ou por força regulatória — demonstram um compromisso crescente em canalizar recursos para iniciativas alinhadas com os princípios da sustentabilidade. As respostas recolhidas evidenciam um interesse crescente por parte das empresas, no financiamento sustentável, embora subsista a necessidade de avançar na definição de metas e na implementação de medidas concretas que promovam uma maior adoção destes instrumentos.

No que respeita ao incentivo do setor financeiro, cerca de 60% das empresas indicaram não ter conhecimento suficiente sobre o tema, enquanto 27% afirmaram que não têm sido incentivadas a recorrer a financiamento sustentável. Apenas 14% reconheceram algum esforço por parte do setor financeiro nesse sentido, sendo que, dentro deste grupo, aproximadamente 72% das respostas correspondem a médias e grandes empresas (Figura 21). Este dado sugere que os esforços de incentivo estão, em grande medida, concentrados nas empresas de maior dimensão, possivelmente por serem consideradas mais atrativas para o setor bancário.



**Figura 21: Perceção da importância do Setor Financeiro no incentivo à implementação dos instrumentos de financiamento sustentável**

Relativamente à exigência de critérios ESG em contratos de financiamento não especificamente associados a instrumentos sustentáveis, mais de 60% das empresas declararam desconhecer se tais critérios estão a ser aplicados. Apenas 11% confirmaram a existência dessa exigência, o que parece revelar uma lacuna significativa tanto no conhecimento como na implementação prática destes critérios. A reduzida percentagem de respostas afirmativas indica que a integração de critérios ESG ainda não é uma prática generalizada no setor financeiro, representando uma oportunidade para reforçar a sensibilização e a promoção destas abordagens.

Em síntese, os resultados parecem apontar para um impulso ainda limitado por parte do setor financeiro no que diz respeito ao financiamento sustentável. A baixa adesão por parte das empresas sugere a necessidade de atuação em dois eixos complementares:

- (I) reforçar a capacitação interna das empresas em matéria de sustentabilidade, promovendo uma abordagem transversal que envolva diferentes departamentos e níveis hierárquicos; e
- (II) adotar uma estratégia diferenciada por parte das instituições financeiras, que permita alcançar empresas de todas as dimensões e incentivá-las de forma eficaz à adoção de instrumentos de financiamento sustentável.

# CONCLUSÃO



# CONCLUSÃO



Este estudo nacional permitiu aprofundar o conhecimento sobre o grau de familiaridade, utilização prática e intenções futuras das empresas portuguesas relativamente ao financiamento sustentável, com base numa amostra diversificada em termos de dimensão, setor e localização geográfica. Os resultados revelam uma crescente sensibilização para os temas da sustentabilidade, embora ainda marcada por assimetrias significativas entre empresas de diferentes dimensões e setores.

A amostra revela uma distribuição geográfica diversificada das respostas, com maior concentração nas regiões do Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro. Estas regiões são também as que concentram a maior parte da atividade económica nacional, de acordo com a Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), refletindo a densidade populacional, a infraestrutura instalada e a presença de polos industriais e comerciais.

As grandes empresas destacam-se por apresentarem níveis mais elevados de conhecimento e adoção de instrumentos de financiamento sustentável, refletindo maior capacidade técnica, exposição regulatória e integração em cadeias de valor globais. Por contraste, as micro e pequenas empresas enfrentam desafios estruturais, como o desconhecimento dos instrumentos disponíveis, limitações de garantias e dificuldades na interpretação e cumprimento das exigências regulamentares. Esta realidade reforça a necessidade de estratégias de capacitação ajustadas à dimensão empresarial, bem como de simplificação dos processos de acesso ao financiamento sustentável.

Apesar da baixa taxa de utilização efetiva dos instrumentos (5%), os benefícios reportados pelas empresas que já recorreram a financiamento sustentável são consistentes: melhoria da reputação, redução de custos operacionais e financeiros, inovação e conformidade legal.

A perceção de que o financiamento sustentável é mais vantajoso do que o tradicional, partilhada por mais de 60% das empresas, indica um potencial de crescimento significativo, desde que sejam mitigadas as barreiras identificadas.

As intenções futuras reforçam a convicção desse potencial. Um número relevante de empresas, mesmo sem planos definidos, manifesta interesse em aprofundar o conhecimento sobre estes instrumentos. As áreas prioritárias para investimento sustentável apontadas pelas empresas — como a mitigação das alterações climáticas, a economia circular, o impacto social positivo e a adaptação climática — evidenciam uma convergência temática que poderá facilitar o alinhamento de políticas públicas e estratégias empresariais.

Em termos de instrumentos financeiros, observa-se uma diversificação crescente. Embora os Green Bonds/Loans continuem a ser os mais utilizados, os Sustainability Bonds/Loans e os Sustainability Linked Bonds/Loans ganham expressão, refletindo uma valorização de soluções que integram metas de desempenho ESG e promovem uma abordagem mais transversal à sustentabilidade.

O papel do setor financeiro, embora reconhecido como relevante, ainda não é amplamente percebido como impulsionador da adoção destes instrumentos. A maioria das empresas desconhece se os critérios ESG estão a ser exigidos nos contratos de financiamento, o que revela uma oportunidade clara para reforçar a comunicação, a sensibilização e a atuação estratégica por parte das instituições financeiras. A comparação com o estudo europeu “Access to Sustainable Finance for SMEs: A European Survey 2023” permite contextualizar os resultados nacionais. Enquanto o estudo europeu apresenta uma maior diversidade setorial — com destaque para setores como Agricultura, Informação e Comunicação —, o estudo português revela uma forte concentração em setores tradicionais como

Indústria Transformadora, Construção e Comércio por Grosso e retalho. Esta diferença reflete as especificidades estruturais da economia portuguesa, mas também evidencia oportunidades para promover a diversificação de setores, de forma a mitigar risco de concentração de atividade. Ambos os estudos convergem na identificação das principais barreiras à adoção do financiamento sustentável pelas PME: desconhecimento dos instrumentos, limitações de garantias e complexidade regulatória. Também coincidem na prioridade atribuída à mitigação das alterações climáticas como principal objetivo de investimento no âmbito do financiamento sustentável. A presença consistente dos Green Bonds como instrumento mais utilizado reforça a sua eficácia e relevância no financiamento de projetos com impacto ambiental positivo.

Neste contexto, a crescente utilização de instrumentos de financiamento sustentáveis, aliada à maior sensibilidade pública face a práticas de greenwashing e social washing, sublinha a importância crítica da adoção de princípios robustos e mecanismos de verificação credíveis. Os princípios do International Capital Market Association (ICMA) e do Loan Market Association (LMA) têm desempenhado um papel fundamental na definição de critérios de integridade, transparência e rastreabilidade para os instrumentos financeiros verdes e sociais, contribuindo para a confiança dos investidores e a credibilidade dos emissores.

Adicionalmente, o alinhamento com a Taxonomia Europeia surge como um elemento estruturante para assegurar a coerência dos investimentos com os objetivos ambientais da União Europeia, ao estabelecer critérios técnicos claros, mensuráveis e verificáveis. A proposta da Green Claims Directive reforça este enquadramento, ao exigir a fundamentação rigorosa das alegações ambientais, promovendo práticas de comunicação

Em suma, este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada do panorama nacional, identificando pontos fortes, fragilidades e oportunidades de evolução. Os resultados obtidos poderão servir de base para o desenvolvimento de estratégias empresariais e iniciativas financeiras que promovam uma maior integração dos princípios ESG no tecido económico português, em linha com as tendências europeias e globais. Neste enquadramento, destaca-se a importância crescente dos instrumentos financeiros sustentáveis no âmbito da Taxonomia Europeia, enquanto mecanismo estruturante para direcionar o investimento para atividades economicamente sustentáveis.



# GLOSSÁRIO E SIGLAS

## GLOSSÁRIO E SIGLAS

<b>CSR</b>	Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (Corporate Sustainability Reporting Directive)
<b>CS3D</b>	Diretiva sobre a diligência devida das empresas em matéria de sustentabilidade (Corporate Sustainability Due Diligence Directive)
<b>DGAE</b>	Direção Geral das Atividades Económicas
<b>ESG</b>	Environmental, Social and Governance
<b>PME/SME</b>	Micro, pequenas e médias empresas
<b>GREEN BONDS</b>	Títulos de dívida usados para financiar projetos com benefícios ambientais.
<b>SOCIAL BONDS</b>	Títulos de dívida destinados a financiar projetos com impacto social positivo.
<b>SUSTAINABILITY BONDS</b>	Títulos de dívida destinados a financiar projetos que combinam objetivos ambientais e sociais.
<b>SUSTAINABILITY LINKED BONDS</b>	Títulos de dívida cuja remuneração varia conforme o emissor atinge metas de sustentabilidade previamente definidas.
<b>GREEN LOANS</b>	Empréstimos destinados a financiar projetos com benefícios ambientais.
<b>SOCIAL LOANS</b>	Empréstimos destinados a financiar projetos com impacto social positivo.
<b>SUSTAINABILITY LOANS</b>	Empréstimos destinados a financiar projetos que combinam objetivos ambientais e sociais.
<b>SUSTAINABILITY LINKED LOANS</b>	Empréstimos cuja remuneração varia conforme o emissor atinge metas de sustentabilidade previamente definidas.
<b>PORTUGAL 2020</b>	Acordo de parceria entre Portugal e a União Europeia para aplicar fundos europeus entre 2014 e 2020, com foco em crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, através de programas operacionais temáticos e regionais.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Comissão Europeia. (2024a). Annual report on European SMEs 2023/2024. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2826/355464>
2. Comissão Europeia. (2024b). Key Figures on European Business – 2024 edition. Eurostat. <https://ec.europa.eu/eurostat>
3. Comissão Europeia. Overview of sustainable finance. Consultado em maio de 2025, [https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/overview-sustainable-finance\\_en](https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_en)
4. Eurochambres, & SMEunited. (2023). Access to sustainable finance for SMEs. Platform on Sustainable Finance of the EU Commission Directorate-General for Financial Stability, Financial Services and Capital Markets Union (DG FISMA).
5. Instituto Nacional de Estatística. (2023). Estatísticas da Produção Industrial 2022. Consultado em maio de 2025 e INE. [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=641444445&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=641444445&att_display=n&att_download=y)
6. Instituto Nacional de Estatística (INE). (2025). Empresas em Portugal – Destaque 2023. Consultado em maio de 2025, disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=684897283&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=684897283&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)
7. INE – Instituto Nacional de Estatística. (2025). Comércio Internacional – Março de 2025. <https://www.ine.pt>
8. PORDATA. (2023). Empresas por dimensão. Consultado em maio de 2025, disponível em: [Empresas por dimensão | PORDATA](#)
9. PORDATA – Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024). Pequenas e médias empresas em % do total de empresas: total e por dimensão. Consultado em maio de 2025, Portugal\_Pequenas\_e\_medias\_empresas\_em\_%\_do\_total\_de\_empresas\_\_total\_e\_por\_dimensao.xlsx
10. Schulze Brock, P., Katsinis, A., Lagüera González, J., Di Bella, L., Odenthal, L., Hell, M., Lozar, B., & Secades Casino, B. (2025). Annual report on European SMEs 2024/2025: SME performance review. Publications Office of the European Union. <https://data.europa.eu/doi/10.2760/7714438>

# APÊNDICE 1



# APÊNDICE 1 | QUESTIONÁRIO

## INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A EMPRESA

As perguntas com asterisco referem-se a perguntas de resposta obrigatória

### 1. Email\*

---

### 2. Q.1: Setor de atividade

Marcar apenas uma oval.

- A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- B - Indústrias extrativas
- C - Indústrias transformadoras
- D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
- F - Construção
- G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos
- H - Transportes e armazenagem
- I - Alojamento, restauração e similares
- J - Atividades de informação e de comunicação
- L - Atividades imobiliárias
- M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares exceto atividades das sedes sociais
- N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- P - Educação
- Q - Atividades de saúde humana e apoio social
- R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
- S - Outras atividades de serviços

### 3. Q.2: Exerce a sua actividade no mercado interno e/ou externo?

Marcar apenas uma oval.

- Apenas mercado interno
- Apenas mercado externo
- Ambos

### 4. Q.3: Dimensão da empresa\*

Marcar apenas uma oval.

- Micro-empresa: (até 9 colaboradores, até 0,9 milhões de euros de volume de negócios líquido e até 0,45 milhões de euros de total do balanço)
- Pequena empresa: (até 49 colaboradores, até 10 milhões de euros em receita líquida, até 5 milhões de euros em ativos totais)
- Média empresa: (até 250 colaboradores, até 50 milhões de euros em receita líquida, até 25 milhões de euros em ativos totais)
- Grande empresa: (mais de 250 colaboradores, mais de 50 milhões de euros em receita líquida, mais de 25 milhões de euros em ativos totais)

## APÊNDICE 1 | QUESTIONÁRIO

### CONHECIMENTO – INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

#### 5. Q.4: Localização da empresa

Especifique o distrito da sede ou principal localização em Portugal

Marcar apenas uma oval.

- Aveiro
- Beja
- Braga
- Bragança
- Castelo Branco
- Coimbra
- Évora
- Faro
- Guarda
- Lisboa
- Leiria
- Portalegre
- Porto
- Região Autónoma da Madeira
- Região Autónoma dos Açores
- Santarém
- Setúbal
- Viana do Castelo
- Vila Real
- Viseu

#### 6. Q.5: Como classificaria o nível de conhecimento da sua empresa no que respeita à regulamentação Portuguesa, Europeia, Internacional sobre sustentabilidade e finanças sustentáveis (Taxonomia, CSRD, C3D, entre outras)?

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum conhecimento
- Algum conhecimento
- Conhecimento profundo
- Não sabe / Não responde

#### 7. Q.6: A sua empresa está familiarizada com o conceito de finanças sustentáveis e com os instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe / Não responde

## APÊNDICE 1 | QUESTIONÁRIO

8. Q.7: A sua empresa já recorreu a instrumentos de financiamento sustentável?\*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não *Avançar para a pergunta 17*  
 Não sabe / Não responde *Avançar para a pergunta 17*

### IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO – DESAFIOS E OPORTUNIDADES

9. Q.7.1: Indique quais os instrumentos de financiamento sustentável a que a sua empresa recorreu?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Green Bonds/Loans (Financiar projetos com benefícios ambientais)  
 Sustainability Linked Bonds/Loans (Financiar projetos com benefícios ambientais e/ou sociais e/ou Governance - Com indicadores e metas de desempenho alinhadas com a estratégia de sustentabilidade)  
 Sustainability Bonds/Loans (Financiar projetos com benefícios ambientais e/ou sociais e/ou governance)  
 Social Bonds/Loans (Financiar projetos com benefícios sociais)  
 Outra: \_\_\_\_\_

10. Q.7.2: Que nível de financiamento obteve através do recurso a instrumentos de financiamento sustentável nos últimos 5 anos (acumulado)

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 milhões de €  
 Entre 5 e 10 milhões de €  
 Entre 10 e 50 milhões de €  
 Entre 50 e 100 milhões de €  
 Superior a 100 milhões de €

11. Q.7.3: Indique que objetivos pretende alcançar com o investimento com o recurso a instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Adaptação climática (ex. Aumentar resiliência das infraestruturas)  
 Mitigação Climática (Redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa)  
 Prevenção e controlo de poluição  
 Proteção e/ou restauração de biodiversidade e ecossistemas  
 Uso sustentável e proteção de água e/ou recursos marinhos  
 Transição para uma economia mais circular (ex. design de produtos, reutilização de materiais, ...)  
 Impacto social positivo  
 Programas de formação e desenvolvimento  
 Melhorias no modelo de governance/ governance responsável  
 Outra: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 1 | QUESTIONÁRIO

**12. Q.7.4:** Considera que atualmente o financiamento sustentável é mais acessível e vantajoso do que o financiamento tradicional?

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Não sabe / Não responde

**13. Q.7.5:** Quais das seguintes oportunidades considera que o recurso a financiamento sustentável aportou à Organização?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Aumentou o conhecimento ESG  
 Melhorou desempenho ESG  
 Impulsionou o estabelecimento e monitorização de indicadores e metas ESG  
 Impulsionou a definição e alinhamento entre a estratégia ESG e a estratégia global de negócio  
 Melhorou relacionamento com entidades financiadoras e/ou investidores  
 Outra: \_\_\_\_\_

**14. Q.7.6:** Quais o(s) principal(ais) benefício(s) que a sua empresa obteve com a utilização do financiamento sustentável?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Conformidade Legal  
 Inovação em produtos/serviços  
 Melhoria da imagem e reputação  
 Redução de custos operacionais  
 Redução de custos financeiros  
 Não se registaram benefícios expressivos ou não foi possível relacionar causa-efeito  
 Outra: \_\_\_\_\_

**15. Q.7.7:** Que desafios a empresa identificou na implementação de instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Baixo conhecimento em Finanças Sustentáveis, Regulamentação Nacional, Europeia e Internacional na temática ESG  
 Dificuldade em implementar todos os requisitos inerentes  
 Dificuldade em identificar prestadores de serviços para apoio na implementação  
 Diversidade de referenciais para estabelecimento de objectivos e metas ESG  
 Aumento das exigências de reporte de informação ESG  
 Outra: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 1 | QUESTIONÁRIO

16. Q.7.8: Os objetivos de sustentabilidade foram atingidos através de investimentos em ativos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim. O benefício inerente ao financiamento foi plenamente obtido
- Sim. Impulsionou uma clara melhoria, mas os objetivos não foram totalmente atingidos
- Não. Os resultados não foram satisfatórios
- Não. Ainda não é possível concluir por ainda estar em curso

### PERSPETIVA FUTURA – FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

17. Q.8: A empresa planeia introduzir ou expandir as suas práticas de recurso a instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar apenas uma oval.

- Sim no curto prazo (até 1 ano)
- Sim no médio prazo (nos próximos 2 a 3 anos)
- Não está nada planeado, mas temos interesse em saber mais e avaliar
- Não
- Não sei
- Avançar para a pergunta 21

18. Q.8.1: Em que áreas se planeia focar?\*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Adaptação climática (Ex. Aumentar resiliência das infraestruturas)
- Mitigação Climática (Redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa)
- Prevenção e controlo de poluição
- Proteção e/ou restauração de biodiversidade e ecossistemas
- Uso sustentável e proteção de água e/ou recursos marinhos
- Transição para uma economia mais circular (Ex. design de produtos, reutilização de materiais, ...)
- Impacto social positivo
- Programas de formação e desenvolvimento
- Melhorias no modelo de governance/ governance responsável
- Ainda não avaliamos quais os factores com maior impacto para a nossa actividade
- Não sei

19. Q.8.2: A que instrumentos planeia recorrer?\*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Green Bonds/Loans  
(Financiar projetos com benefícios ambientais)
- Sustainability Linked Bonds/Loans  
(Financiar projetos com benefícios ambientais e/ou sociais e/ou Governance - Com indicadores de desempenho e metas de desempenho alinhadas com a estratégia de sustentabilidade)
- Sustainability Bonds/Loans  
(Financiar projetos com benefícios ambientais e/ou sociais e/ou Governance)
- Social Bonds/Loans  
(Financiar projetos com benefícios ambientais)
- Não sei
- Outra:

## APÊNDICE 1 | QUESTIONÁRIO

**20. Q.8.3:** Que nível de financiamento espera obter através do recurso a instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 milhões €
- Entre 5 e 10 milhões €
- Entre 10 milhões e 50 milhões €
- Entre 50 e 100 milhões de €
- Superior a 100 milhões de €
- Não sei

### IMPULSO DO SETOR FINANCEIRO E DO MERCADO

**21. Q.9:** O setor financeiro tem impulsionado/procurado impulsionar a sua empresa a recorrer a instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe / Não responde

**22. Q.10:** O setor financeiro tem exigido critérios ESG nos contratos de financiamento não especificamente vinculados a instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe / Não responde

**23. Q.11:** Gostaria de aumentar o seu conhecimento sobre instrumentos de financiamento sustentável?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

# APÊNDICE 2



## APÊNDICE 2 | DISTRIBUIÇÃO DE TODOS OS SETORES DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	Nº DE RESPOSTAS	%	
C - Indústrias transformadoras	335	32%	68%
S - Outras atividades de serviços	209	20%	
F - Construção	102	10%	
G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	80	8%	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	36	3,39%	32%
B - Indústrias extrativas	16	1,51%	
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	51	4,80%	
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	30	2,82%	
H - Transportes e armazenagem	50	4,71%	
I - Alojamento, restauração e similares	18	1,69%	
J - Atividades de informação e de comunicação	4	0,38%	
L- Atividades imobiliárias	9	0,85%	
M- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares exceto atividades das sedes sociais	48	4,52%	
N- Atividades administrativas e dos serviços de apoio	13	1,22%	
P- Educação	12	1,13%	
Q- Atividades de saúde humana e apoio social	42	3,95%	
R- Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	0,28%	
Sem resposta	4	0,38%	



**Ana Martins | ESG Associate Partner**

ana.martins@UHY.pt

UHY Portugal

Av. Columbano Bordalo Pinheiro,

n.º108, 1º B, 1070-067 Lisboa

T +351 210 988 710

**Maria Manuel | Responsável de  
Sustentabilidade do ISQ**

mmfarinha@isq.pt

ISQ

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º33

2740-120 Oeiras

T +351 214 228 100